



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA – PARNAÍBA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA
MESSIAS ARAUJO CARDOZO

Além da luta: relatos de operários da Moraes S/A nos anos 1970 e 1980

PARNAÍBA-PI

2016

MESSIAS ARAUJO CARDOZO

Além da luta: relatos de operários da Moraes S/A nos anos 1970 e 1980

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Msc. Yuri Holanda da Nóbrega

PARNAÍBA-PI

2016

C268a

Cardozo, Messias Araujo.

Além da Luta: Relatos de operários da Moraes S/A nos anos 1970 e 1980. / Messias Araujo Cardozo - Parnaíba: UESPI, 2015.

91 f.

Orientador: Prof. Msc. Yuri Holanda da Nóbrega.

Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, 2016.

1. Parnaíba-PI 2. Operários 3. Moraes S/A 4. Cultura de Classe I.
Nóbrega, Yuri Holanda da II. Universidade Estadual do Piauí III.
Título

CDD 306

MESSIAS ARAUJO CARDOZO

**Além da luta e os relatos de operários da Moraes S/A nos anos 1970 e
1980**

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual do Piauí
como pré-requisito para obtenção do
título de Licenciado em História.

Aprovada em ___/___/_____

Banca Examinadora

Prof. Msc. Yuri Holanda da Nóbrega

(Orientador)

Prof. Dr. Jonas Henrique dos Santos

(Examinador Interno)

Prof. Msc. Josenias dos Santos Silva

(Examinador Externo)



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROF. ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA



ATA DA SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

Aos VINTE E NOVE DIAS DE JULHO de 2016 no Campus Alexandre
Alves de Oliveira, reuniu-se em sessão pública a Banca Examinadora da Monografia intitulada:

ALÉM DA LUTA: RELATOS DE OPERÁRIOS DA MORAES S/A NOS
ANOS 1970 E 1980

de autoria do concludente MESSIAS ARAUJO CARDOZO

A Banca Examinadora foi constituída pelos professores:
JONAS HENRIQUE DOS SANTOS (Examinador)
JOSENIAS DOS SANTOS SILVA (Examinador) e
YURI HOLANDA DA NÓBREGA (Orientador/ Presidente). Às

15:00 a sessão foi aberta pelo senhor presidente que deu início aos trabalhos convidando o candidato a fazer breve exposição sobre a Monografia em julgamento, concedendo-lhe para isto o tempo máximo de 30 (trinta) minutos. Findada a exposição o presidente passou a palavra aos membros da Banca Examinadora. Após a arguição dos mesmos, o concludente voltou a tomar a palavra para responder as questões formuladas e logo em seguida foi a vez do orientador se manifestar sobre o trabalho. A seguir a Banca Examinadora retirou-se a fim de analisar e decidir sobre a Monografia apresentada. Retornando, o presidente comunicou que a Banca Examinadora considerou a Monografia APROVADA (aprovada ou reprovada) com nota 10,0. O presidente, então, congratulando-se com o candidato e agradecendo a presença e todos, encerrou a sessão às 16:30. E, para constar foi lavrada a presente ATA que, lida e aprovada, foi assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Parnaíba, 29 de JULHO de 2016.

Yuri Holanda da Nobrega
Presidente da Banca Examinadora

Jonas H. de Oliveira
Examinador

Jonas H. de Oliveira
Examinador

Yuri Holanda da Nobrega
Mat. 281029-8 - Port. nº 1234
Coord. do Curso de Lic. Plena em História
Campus UESPI Parnaíba

UESPI

Av. Nossa Senhora de Fátima – S/N – Bairro: Fátima – 64202-220 – Parnaíba – PI
Telefones: (86) 3321 1800 / 3321 1233 - Fax: 3321 1825

Agradecimentos

Minha mãe, a senhora dedico o meu afinco nestes quatro anos enquanto acadêmico do curso, seu sonho de um filho com diploma, a réplica na estante, se concretizara, nem sei se sou e fui digno de seu apreço, confesso que enquanto escrevo estas linhas me emociono, lembrando de nossas lutas, de nossas desolações, mais também me regozijo, visto que a despeito de tudo, conquistamos mãe! Sim, nós vencemos! Este trabalho, estes quatro anos, esta diplomação, dedico em especial a dona Maria Araujo Cardozo, minha guerreira, minha heroína, tudo em minha existência.

Não poderia deixar de lembrar-me do meu velho pai, um típico sujeito proletário no sentido de “atormentado” que Engels deu a ele em sua célebre obra, visto que o alcoolismo e uma depressão discreta o envolvem e o consomem. Obviamente que isto reverbera em suas relações sociais e principalmente no âmbito familiar. Apesar das marcas e das ofensas, lhe dedico também esta nossa vitória senhor Joaquim Cardozo Neto. Sei que muito dificilmente lerá as linhas que aqui escrevo lhe dedicando este trabalho e estes quatro anos, mais que fique registrado que o senhor Joaquim Cardozo Neto, “homem da roça”, envolto em suas problemáticas tem um filho formado, se este já não se compara com sua pessoa digna de todo respeito e consideração, isto é irrelevante.

Agradeço aos meus irmãos por consanguinidade pelos ocasionais apoios, essencialmente financeiros.

Neste momento é necessário reportar-me aos companheiros de viagem por estes quatro anos na UESPI, agradeço em especial aos amigos: Marlane Ilário, cujas palavras aqui são paupérrimas para expressar o quanto lhe sou grato e Vanessa Gomes pela ajuda inestimável em todos os sentidos, sem ela não teria me formado, sou lhe grato imensamente.

Não posso deixar de me lembrar dos meus parceiros de cachaças, discussões intelectuais e vinhos gaúchos sem os quais não teria aguentado a náusea da existência humana como bem pensou Sartre se não fosse à Edgleison Souza o ecoanarquista que “não está nem aí”, mas é um parceiro

gente boa. E quanto ao químico padrão Harvard Eduardo Neto, só tenho a agradecer pela amizade afetuosa, pelo desprendimento de ter que “vir lá da Ilha” (como ele gosta de enfatizar) para nós sairmos pela cidade bebendo as bebidas mais baratas conhecidas pelo homem, Eduardo Neto, futuro doutor em química pela UFC. Ihe sou grato camarada, valeu mesmo! Ao agora soldado Heitor Câmara, amigo e camarada de andanças, gente boa demais! Valeu camarada! Ao *Dark Dayson* pelas conversas, risadas e pelo álcool ingerido! Agradeço a Jossicleide Seixas e à Anastácia Cardoso pelo afeto e amizade.

Em relação aos mestres, em primeiro lugar agradeço a meu orientador Yuri Holanda pela ajuda e companheirismo, Jonas Henrique por ter me aturado (e me apresentado Althusser), Roberto Kennedy pelo início no marxismo, por Ivanilda pelas disciplinas divertidas e ricas de grandes discussões, a Lucivaldo Quixaba pelo pensar menos barato, a Marta Rovai pelos conselhos via facebook e envio de textos essenciais, a Edson Holanda, Inegla Brito e Mary Angélica.

E para não concluir, gostaria de divagar um pouco. Quero agradecer a quatro pessoas fundamentais nesta trajetória, um ainda existe, os outros três infelizmente não alcancei vivos. Diego é uma estranha confluência de Marx, Lacan e Žižek, o que o torna às vezes praticamente ininteligível, porém sua inteligência e grande erudição me ajudaram a descomplicar as coisas, a ver que a pesquisa se faz com afinco, mas sem desespero, e que uma hora “iria dar certo” e deu! Mesmo assim seu pós-estruturalista seguidor de Durval Muniz, não irei ler nem Lacan nem Freud!

Quanto aos outros três, a divagação e a licença poética devem tomar de conta neste momento. Pois agradeço a Karl Marx (1818-1883) por ter pensado como pensou e por ter escrito obras magnas e atemporais, a leitura do *Manifesto Comunista*, da *Contribuição à Crítica da Economia Política* e do *Capital* mudou minha visão de mundo. Obrigado velho barbudo! Penso seguir suas linhas mestras.

Não poderia deixar de agradecer ao grande Michel Foucault (1926-1984), grande filósofo francês que muito impactou minha maneira de ver as coisas, suas obras: *Arqueologia do Saber*, *Vigiar e Punir*, *As Palavras e as*

coisas e *A Ordem do Discurso* me impactaram de tal forma, que ousou dizer que não podemos pensar sem Foucault! Bravo camarada! Tento seguir suas sugestões inestimáveis.

E por fim, e não menos importante, não poderia deixar de creditar muito do que sou e do que penso ao primeiro pensador que me lancei ao estudo, o grande filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900), este cara foi fantástico, as leituras de: *A Gaia Ciência*, *O Anticristo*, *Assim Falava Zaratustra* e *Crepúsculo dos Ídolos* deixaram marcas na minha existência e no meu ser de tal forma, que a metafísica seja em sua forma platônica, judaica ou cristã jamais terão qualquer crédito de minha parte. Obrigado grande pensador! Foi a Salomé que perdeu! Elas sempre perdem...

Resumo

O presente trabalho analisa experiências de operários da MORAES S/A, fábrica parnaibana de sabão e cera de carnaúba, nos anos 1970 e 1980. Como fonte utilizamos a história oral e a análise de jornais e folhetos da época. Ao analisar a singularidade da industrialização nacional e a composição do capitalismo no Brasil. Buscamos mostrar que não houve uma autêntica revolução burguesa, gestante de uma oposição e polarização de classe como ocorrida na Europa, que a formação da classe operária com suas peculiaridades também ajudam a compreender as ações do operariado como diferentes das lutas de classe europeias. Pensando a experiência operária para além da militância e a história da classe operária longe da ideia de uma “essencialidade” militante e revolucionária, observamos os operários da Moraes dentro de uma lógica própria, no caso enfatizando suas raízes rurais, seu descrédito e/ou suspeita sobre a ação sindical e suas próprias redes de colaboração e ideias políticas como dispositivos inibidores de uma consciência de classe no sentido clássico (de Marx e Thompson) reverberando em ações radicais e greves, que a nossa análise podem ser vistas sob o prisma do pensamento social cristão pré-existente às suas experiências fabris. Apesar de os anos 1970-80 serem as décadas onde os operários irrompem na cena política e tem ação marcante na luta pela redemocratização nacional, sobretudo no ABC paulista, os operários de Parnaíba em estudo se mostravam simpáticos com o regime e o catolicismo e o lazer são caracteres marcantes de sua cultura, além do conservadorismo político-social já mencionado. Nosso estudo não visou falar por “toda a classe” da MORAES nesse período, apenas por uma fração da mesma, todavia pensando a memória como construção coletiva e as falas de nossos colaboradores como produto histórico fruto de um contexto social mais amplo, porém não totalizante.

Palavras-Chave: Parnaíba-PI, Operários, MORAES S/A, Cultura de Classe.

Abstract

This study analyzed the experiences of factory workers in MORAES S / A, Parnaíba's factory soap and carnauba wax in the years 1970 and 1980. As a source we use the oral history and analysis of newspapers and leaflets of the time. When analyzing the singularity of national industrialization and capitalism composition in Brazil we search to show that there was not an authentic bourgeois revolution, arose of an opposition and class polarization as occurred in Europe and the formation of the working class and its peculiarities also help to understand the working class actions as different from European class struggles. Thinking about the working experience beyond militancy and the history of the working class large the idea of an "essential nature" militant and revolutionary, we observe the workmen of Moraes within own logic, in the case emphasizing its rural roots, and its skepticism or suspicions about union activity and in their own collaboration networks political ideas as inhibitors devices of class conscience in the classical sense (Marx and Thompson) reverberating radical actions and strikes that our analysis can be seen from the perspective of ideology the labor movement gestated in the 1930s in Vargas government. Despite the years 1970-80 were the decades in which the factory workers erupted on the political scene and has a outstanding action in the struggle for national democracy, especially in ABC the factory workers of Parnaíba being studied showed themselves friendly with the regime and Catholicism and recreation are striking character of their culture, beyond the political and social conservatism mentioned. Our study is not intended to speak for "all class" of MORAES in that period, only because a fraction of it, however thinking the memory as a collective construction and the speeches of our collaborators as a historical product result of a wider social context, but not totalising.

Keywords: Parnaíba-PI, factory workers, MORAES S/A, Class Culture.

Sumário

Introdução.....	11
CAPÍTULO I Industrialização e experiências operárias: breve histórico da indústria e da classe operária do Brasil.....	21
1.1 Caracterizações da industrialização brasileira e sua mão-de-obra.....	21
1.2 A classe operária no Brasil: resistência e cultura operária.....	26
1.3. Uma Cultura Operária.....	30
CAPÍTULO II O Piauí e a Parnaíba industrial: histórico da MORAES S/A, associações e organizações dos trabalhadores e as experiências sindicais de alguns operários nos anos 1970 e 1980.....	34
2.1 A Industrialização piauiense: algumas considerações acerca de suas características.....	34
2.2 A MORAES S/A: Primórdios da Industrialização em Parnaíba.....	37
2.3 Associações mutualistas e organizações sindicais em Parnaíba em meados do século XX.....	41
2.4 Experiências sindicais de alguns operários da MORAES S/A nos anos 1970 e 1980.....	44
CAPÍTULO III Operários da MORAES S/A nos anos 1970-80: experiências, cultura e memória operária.....	51
3.1 O contexto da classe operária brasileira nos anos 1970-80: rearticulação e mobilização.....	51
3.2 Para além da fábrica: lazer e solidariedade entre os operários da MORAES S/A nos anos 1970-80.....	54

3.3 Ideias políticas e conservadorismo entre os operários da MORAES S/A nos anos 1970-80: as redes de solidariedade.....	65
Considerações Finais.....	75
Fontes e Referências Bibliográficas.....	79
Anexos.....	84

“Para um historiador, e espero poder afirmar que isso vale para um historiador marxista, atribuir o termo “classe” a um grupo privado de consciência de classe, ou de cultura de classe, e que não age nessa direção é uma afirmação destituída de significado.”

Edward Thompson

“A necessidade de amarrar a história a esquemas conceituais, que a transformam num jogo de cartas marcadas, nasce exatamente do medo de seu caráter destruidor, sacrificial; medo da abertura para o vir-a-ser, do finito limitado, para a surpresa que esta significa. Essa pretensão de tornar a história previsível e a realidade plenamente controlável pela visão não passa de uma vontade de poder, uma vontade de verdade e interpretação e não uma condição objetiva da história.”

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Introdução

O presente estudo analisou as experiências dos operários da MORAES S/A da cidade de Parnaíba, nas décadas de 1970 e 1980. O recorte se dá em virtude das nossas fontes orais, no caso as colaborações dos entrevistados: Armando Pereira dos Santos Neves, Augusto Gomes de Castro Filho e Eduardo Sampaio Araujo Melo dentre outros (além das fontes escritas) indicarem tal temporalidade.

Nesta pesquisa, buscamos corroborar com uma visão da história do operariado além da luta e da militância, não para negá-la, mas para compreender a historicidade das experiências operárias de um modo diferente, de modo a enfatizar a cultura operária como um elemento múltiplo e diverso, sem essencialidade revolucionária, buscando incessantemente a revolução social.

A produção historiográfica acerca das experiências históricas da classe operária evidenciam o que o historiador Georges Haupt chamou de “mitologização”¹ da história do operariado. Atravessada de controvérsias, debates e excessos quanto a posturas ideológicas, esta classe de trabalhadores tem em sua história, o que se pode constatar pela bibliografia produzida, uma ligação à ação de sindicatos, associações, militantes e instituições de modo geral, o que para este trabalho é entendido como negligência à uma análise das contradições e ambiguidades a partir das próprias experiências verificáveis do operariado, estas nem sempre heroicas ou revolucionárias, e por vezes repletas de conservadorismo (HAUPT, 1985).

Tendo um lugar de produção² bem estabelecido, no caso os gabinetes e o comando na hierarquia das associações classistas, muitos intelectuais ideologicamente comprometidos com a causa e nem sempre com a análise histórica científica, produziram uma historiografia militante e repleta de apologias, neste sentido “eles modulam a maneira de conservar, de conceber e de transmitir a história operária” (HAUPT, 1985, p. 218).

¹ Ver: HAUPT, Georges. **Por que a história do movimento operário?** Revista Brasileira de História, nº 10, 1985.

² Ver: “A operação historiográfica”, In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Sendo assim, houve uma redução da história de uma classe social, para a de instituições e formas organizadas, sendo tal superioridade atribuída a estas formas organizacionais acabando por solapar, ou obscurecer uma análise abrangente do operariado, resultando que “seus modos de luta, muitas vezes individuais e cotidianos, sua própria cultura sejam em larga medida desconhecidos, considerados na melhor das hipóteses como pré-história, [...]”, afirma a historiadora Michele Perrot (1988, p. 18).

Como objeto de estudo e centro das discussões e análises, escolheu-se as experiências diversas dos operários da MORAES S/A, fábrica de óleos e sabão conhecida por sua atividade em Parnaíba-PI do final dos anos 1940 ao início dos anos 1990. Como recorte temporal para a pesquisa optou-se pelas décadas de 1970 e 1980 após o contato com as fontes – jornais³, impressos locais e folhetos da fábrica MORAES S/A – que foram de fundamental importância para a delimitação do objeto.

Para tanto, realizou-se ainda a coleta de relatos orais para também serem utilizados como fonte. Por meio de questionários pode-se produzir fontes a respeito das experiências destes trabalhadores que não estavam presentes em outros formatos, a fim de perceber como estes realizavam algumas práticas, tanto no espaço fabril como e principalmente no cotidiano, onde estes operários realizaram atividades de grande significado histórico, o seu lazer, a conversa no bar e as redes de solidariedade entre eles devem ser consideradas como signos de uma cultura que foge um tanto desta perspectiva consolidada como revolucionária e combativa (apesar de algumas entrevistas nos sugerirem pelo menos a existência de algumas ideias de proteção dos direitos, como o sindicato) mas que são de grande relevância para a história da cidade a partir dos seus trabalhadores.

Entende-se que a compreensão do processo de formação da classe operária no Brasil, sem citar suas lutas políticas e sociais frente às demandas, seria negar parte essencial para a problematização desta história. Desta forma, este campo de conflito de interesses entre patrões e empregados ganha, neste

³ “A História do movimento operário, que desfrutou de grande prestígio nos círculos acadêmicos brasileiros especialmente entre 1970 e 1990, encontrou na imprensa uma de suas fontes privilegiadas” (PINSKI, 2008, p. 119). Ver: “História dos, nos, e por meio dos periódicos” In: PINSKI, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

trabalho, relevância fundamental para se pensar as características destes trabalhadores em atividade na cidade de Parnaíba. Processo correlato a este assunto é a industrialização brasileira, com características que diferem na configuração das lutas dos trabalhadores ingleses.

Sobre isto, se faz necessário esclarecer alguns pontos: primeiro, que indubitavelmente à classe operária não surgiu como a conhecemos, muito menos existe desde que o trabalho existe. Ela surge na Europa do século XVIII, quando se iniciou o processo histórico conhecido como Revolução Industrial, que consolidou o modo de produção capitalista industrial. O país pioneiro neste processo foi notadamente a Inglaterra, que com a política dos cercamentos intensificou o processo de concentração das propriedades rurais nas mãos dos aristocratas e ricos comerciantes burgueses (NÓBREGA, 1999).

Os camponeses, impelidos ao êxodo rural⁴, encheram as cidades inglesas de possível mão-de-obra fabril. Pouco possuindo além de sua força de trabalho, tiveram que vendê-la ao preço que os patrões detentores dos meios de produção julgassem em seus cálculos, nada favoráveis aos primeiros. Esta massa de ex-camponeses foi formando o operariado fabril citadino, objeto nos primeiros momentos da era industrial, de intensa exploração de sua força de trabalho.

Para maximizar a exploração econômica e social dos trabalhadores e trabalhadoras, várias medidas foram tomadas para disciplinar o ex-camponês ao ritmo do sistema fabril, como por exemplo, o uso da unidade familiar⁵ pré-existente (PERROT, 1988). Esta unidade prevaleceu nos primeiros momentos como vital no processo de disciplinarização, e ainda apresentavam vantagens aos empresários em seus primeiros momentos, pois foram “dispensados de toda uma série de medidas” em relação a manter o trabalhador no ritmo desenfreado da fábrica (PERROT, 1988, p. 63).

Somado a isto, outro processo foi patente: a mutação das configurações de tempo, pois o tempo “natural” próprio do campesinato, onde o

⁴ Esta fase, Marx chamou de acumulação primitiva de capital, que reverberou na mercantilização do campo, seguindo-se deste processo a rápida industrialização inglesa. Sobre isto ver: NÓBREGA, Yuri Holanda da. **O VALOR E A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA: uma investigação expositiva-histórica a partir de o *capital* de Karl Marx**. Monografia de História. Universidade Estadual do Ceará, UECE, 1999.

⁵ No caso a unidade familiar patriarcal, no sentido de que o pai de família já disciplina e corrobora com a ordem e a assiduidade do trabalho na fábrica, sem a necessidade de um funcionário que exercesse esta função (como depois foi necessário).

nascer e o por do sol, além das estações, que eram os sinais dos tempos para os camponeses, foram mudados. Na lógica fabril do “tempo é dinheiro”, houve a introdução do relógio, a rigidez e a intensificação da exploração para a massa fabril, onde a classe trabalhadora agora se viu numa lógica estranha, imposta, o que incidiu numa mudança abrupta e violenta em seu cotidiano, pois para a burguesia, principalmente a partir do início do século XIX “a classe trabalhadora precisa ser disciplinada para aceitar o tempo medido pelo relógio e de habituar-se a ele [...]” dizem os historiadores Edgar De Decca e Meneguello (1999, p. 34-35).⁶

Assim surge a necessidade de organização dos trabalhadores em movimentos operários que não tardaram em aparecer, brevemente aponta-se: notadamente o *luddismo*, a *greve*, o *sindicato* e por fim, suscintamente a A.I.T.⁷ O capitalismo industrial em seus primeiros momentos era brutal para o trabalhador, reduzido a mero produtor de lucro sobre produto a partir da exploração do seu trabalho excedente (MARX, 2013, p. 253), as condições sociais da classe operária eram degradantes e aviltantes, morando em locais sem saneamento, onde havia ruas em que “os caminhos são tão lamacentos que somente quando o tempo está muito seco é possível percorrê-los sem atolar a cada passo” (ENGELS, 2010, p. 97).

Estas condições no momento de fundação de um novo modo de produção, que mais tarde se tornaria hegemônico em todo o globo, chama atenção para a averiguação histórica de como este processo ocorrera em Parnaíba, a partir das experiências que as fontes nos trazem para problematizar os trabalhadores do ramo fabril. Pensando questões como: que moradias a estes trabalhadores eram oferecidas? Que origens esses homens e mulheres possuíam? Havia formas institucionais de combater a exploração de seu trabalho?

A historiografia mostra que a intensificação da utilização das máquinas ensejou as primeiras manifestações de revolta operária que, somada a

⁶ Sobre isto ver: “Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial”, In: THOMPSON, Edward. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

⁷ A sigla A.I.T refere-se a Associação Internacional dos trabalhadores, tendo sua primeira edição em 1876 (da qual Marx e Engels participaram). Posteriormente houve outras edições, sobre a A.I.T de 1876 e as demais pormenorizadamente ver: CÂNDIDO FILHO, João. **O movimento operário: o sindicato, o partido**. Ed. Petrópolis, 1982. p. 48-64.

intensificação da exploração, provocou um movimento social onde os trabalhadores demonstraram sua revolta contra sua situação quebrando as máquinas, que julgavam que roubariam seus empregos (temia-se a completa automação da produção industrial e assim o trabalhador se tornaria obsoleto e inútil). “Daí as primeiras manifestações de revolta dos operários visarem a destruição das máquinas, num movimento denominado *Ludismo*” (ANTUNES, 2013, p. 15).

A greve foi à tática seguinte ao *ludismo*, em seu início provocou verdadeiro pânico entre a classe industrial, resultando na sistemática repressão física violenta visando inibir e dispersar as greves. “Foi pela greve que se iniciou a resistência à exploração capitalista” (CÂNDIDO, 1982, p. 33).

Esta forma de resistência, sustenta o autor, foi reprimida violentamente, onde a perseguição aos grevistas, na figura das demissões, prisões e até assassinatos foram a política sistematizada pelo Estado, este claramente vinculado aos interesses da classe burguesa. O direito de greve foi uma conquista advinda da forte e crescente pressão do operariado.

O *sindicato*⁸ tem uma raiz intrínseca ao processo de conscientização de classe, esta que advém diretamente da luta de classes (THOMPSON, 2001). Sua origem também é imprecisa, e apesar da preposição de conjurar a quimera das origens (BLOCH, 2002) neste trabalho indicamos uma proposta quando da origem do sindicalismo.

Segundo Ricardo Antunes, o sindicato é subproduto das *trade-unions*, associações de trabalhadores ingleses que visavam frear os abusos da elite patronal. A intensificação da ação das *trade-unions* no século XIX não deve ser parâmetro para o marco histórico inicial do sindicato, pois sustenta o autor que “na verdade as associações sindicais já existiam na Inglaterra deste o século anterior, mas eram violentamente reprimidas [...]” (ANTUNES, 2013, p. 16).

Entretanto, para o sociólogo, as *trade-unions* ingleses foram as precursoras do modelo sindical, e “à medida que surgiam estas associações sindicais, os patrões, através das demissões, começaram a pressionar e

⁸ Dois tipos de sindicato se destacaram neste início (sec. XIX), o chamado *sindicato de indústria* (abrangente a todas as categorias de trabalhadores de uma mesma fábrica) e o *sindicato de ofício*, que foi a “primeira manifestação organizada do movimento operário propriamente dito” (FILHO, 1982, p. 67). Sobre a origem sindical de forma mais pormenorizada ver: ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

obrigar os operários a renunciar formalmente a participar da vida sindical” (ANTUNES, 2013, p. 17).

As crescentes agitações operárias, a sua experiência, seu fazer-se enquanto classe (THOMPSON, 2011) foi tomando corpo na Europa, principalmente a partir de 1830, culminando na chamada “Primavera dos Povos” e nas jornadas de Julho de 1848. Neste contexto, um espectro rondava a Europa, este era um pesadelo para a classe patronal burguesa, este espectro era o comunismo (MARX, ENGELS, 2010), e dentro desta atmosfera, em 1876, é fundada em Londres a A.I.T (Associação Internacional dos Trabalhadores), com vistas a organizar as lutas da classe trabalhadora com fins revolucionários na figura da supressão da ordem capitalista opressora.

Diante de tudo isto, buscou-se visualizar como a classe trabalhadora, mas precisamente o operariado, vem sendo objeto de várias medidas opressoras, promovendo ações de resistência e dotada de contradições internas. Classe explorada mas não inerte e vítima passiva, o operariado buscou com estas maneiras elencadas (e outras, como os motins, boicotes, sabotagem e etc.)⁹ alternativas para sua emancipação e até mesmo, como alguns propuseram, uma revolução social (MARX, ENGELS, 2010).¹⁰

Como a base deste trabalho são fontes orais e, por conseguinte o apoio se encontra nas memórias dos ex-operários que colaboraram para a conclusão do mesmo, duas noções, ou melhor, dizendo, dois conceitos de que nos valem devem ser desde já explicitadas.

Primeiro porque entendemos a memória obtida através das entrevistas como uma fonte de igual valia em relação aos documentos escritos, como nosso objeto de estudo são os trabalhadores, as produções escritas sobre e dos mesmos são bem escassas, visto que os próprios no caso não produziram nenhuma espécie de jornal operário (pelo menos nossa pesquisa não conseguiu esta informação).

Dito isto, conforme Michael Pollak:

⁹ Sobre outras diversas formas de manifestação da classe trabalhadora (para além do luddismo, da greve, do sindicato e das ações da A.I.T) ver: Op. Cit, 1982.

¹⁰ No Manifesto Comunista de 1848, Marx e Engels são claros e diretos com relação aos ganhos da revolução para a classe trabalhadora. “Nela os proletários nada têm a perder a não ser os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX, ENGELS, 2010, p. 69).

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. [...] Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. [...] Penso que não podemos permanecer, do ponto de vista epistemológico, presos a uma ingenuidade positivista primária (POLLAK, 1992, p. 207).

Outra explicação deve ser dada ao uso do termo experiência em relação as atividade destes trabalhadores que visamos analisar. O termo experiência de Edward Thompson, quando aplicado à ação dos homens no tempo, ou seja, na historiografia foi recebido com algumas críticas, principalmente pelos historiadores vinculados a teoria marxista, teoria a que o próprio Thompson é vinculado, porém, já dito, sua originalidade é patente ao acoplar a noção de cultura em seus estudos.

O conceito¹¹ aqui utilizado é na acepção do historiador inglês Thompson, e este foi objeto de uma crítica ferrenha por parte dos chamados estruturalistas, principalmente os de vertente althusseriana, como por exemplo, Perry Anderson, pois segundo este último, Thompson encara a ação humana, principalmente a da classe operária com certo “voluntarismo”, ao isolar a célebre passagem de Marx onde os “homens fazem a sua própria história”, esquecendo-se de sua continuação “contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade”, parecendo negar os condicionamentos e até determinações da estrutura social sobre os trabalhadores (RIDENTI, 2001). Entretanto, estas críticas de Perry Anderson, quando confrontadas com a conceitualização teórica do termo feita pelo próprio Thompson nos parece ambígua, senão problemática.

Neste trabalho, quando utilizarmos o termo experiência, no caso aplicando o mesmo em relação aos trabalhadores da MORAES S/A entre as décadas de 1970 e 1980 nos valem da acepção entendida pelo historiador inglês Edward Thompson em sua obra: *A Miséria da Teoria* (1978);

A “experiência” (descobrimos) foi, em última instância, gerada na “vida material”, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o “ser social” determinou a “consciência social”. La Structure ainda domina a experiência, mas dessa

¹¹ Ver: “XV O termo ausente: experiência”, In: THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 180-201.

perspectiva sua influência determinada é pequena (THOMPSON, 1981, p. 189).

Estas experiências captadas através da memória de alguns ex-operários não objetivam falar por todos os trabalhadores da MORAES S/A neste período, pois “*a priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa” (POLLAK, 1992, p. 200). Porém existe uma correlação entre elas, para além das diferenças e da polifonia discursiva constituintes nas mesmas. Dito isto devemos lembrar que “[...] a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído socialmente [...]” (POLLAK, 1992, p. 200). Afinal, existe também uma memória coletiva (HALBWACHS, 2006), que também não pretendemos captar em sua completude e integralidade.

Depois destas considerações, ainda julgamos necessário explicar a metodologia deste trabalho. Como a história oral é um campo muito vasto, sumariamente podemos dividi-la em três tipos: *história oral de vida*, *história oral temática* e *tradição oral* (MEIHY, HOLANDA, 2014, p. 33). O presente trabalho se articula a história oral temática, no caso nosso tema são as experiências da classe operária em questão. Para tanto, nos utilizamos de um questionário, indicado para quando o campo é a história oral temática, pois “a história oral temática não só admite o uso do questionário, mas, mais do isso, este se torna peça fundamental para a aquisição dos detalhes procurados” (MEIHY, HOLANDA, 2014, p. 40).

Em relação à metodologia do uso dos jornais na pesquisa, temos como base as afirmações de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado¹², autoras que nos indicam que os jornais são fontes preciosas onde os sujeitos anônimos podem ser observados, permitindo várias releituras do passado a partir da imprensa, pois: “O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão e depósito de cultura” (CAPELATO, PRADO, 1988, p. 21). Ainda sobre o uso dos jornais na pesquisa histórica é necessário dizer que os mesmos devem ser historicizados, devendo os historiadores serem ao invés de

¹² CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Ligia. **Imprensa e História do Brasil**. Ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

escrever a história da imprensa, serem mobilizados “[...] para a escrita por meio da imprensa” (LUCA, 2008, p. 111).¹³

Por último, desejamos deixar claro que nosso intuito não é a construção de um trabalho que esgote e se insinue como a expressão exata e total do que se processou nas experiências dos ex-operários da MORAES S/A nos 1970 e 1980. Como historicamente o trabalhador vem sendo explorado¹⁴ e sua história silenciada ou sumariamente não escrita pelos historiadores (HARDMAN, 2002), o presente trabalho visa expor estas experiências como constitutivas da história da cidade de Parnaíba no período.

Desta forma o presente estudo dividiu seu objeto de trabalho em três capítulos, de maneira a construir um olhar sobre os trabalhadores na cidade de Parnaíba: No capítulo I, fizemos uma análise sobre as peculiaridades da industrialização nacional, sobre a formação da classe operária, dando ênfase em suas lutas por melhorias sociais e em sua formação cultural, defendendo a ideia de uma cultura operária para além da militância.

No capítulo II objetivamos perceber a industrialização piauiense de forma sintética, traçamos um breve histórico sobre a MORAES S/A e sobre o perfil dos trabalhadores da cidade de Parnaíba-PI, onde podemos observar certo padrão de organização de classe menos radicalizado (o que não quer dizer acomodado), além de mostrarmos algumas experiências sindicais de operários da MORAES S/A nos anos 1970-80, onde se revela certa desconfiança, senão descrédito, por parte dos mesmos sobre a eficácia da ação sindical.

No capítulo III condensamos nossa análise sobre as experiências de alguns operários da MORAES S/A no âmbito da cultura nos anos 1970-80; através das fontes orais buscamos perceber como as práticas dos operários em questão eram repletas de conservadorismo, e para tanto analisamos as raízes rurais, o forte catolicismo e a historicidade das ações dos trabalhadores da cidade, que nos mostram certa indiferença pela luta na figura de greves e motins, o que revela a singularidade das experiências em questão quando

¹³ Op.Cit, PINSKY, 2008.

¹⁴ O que o leva ao desespero do estranhamento, da alienação para além da de nível econômico, mais em nível existencial (alcoolicismo, depressão e suicídio). Sobre o estranhamento do trabalhador no capitalismo ver: MARX, Karl. **Os Manuscritos econômico-filosóficos**. Ed. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 79-90.

comparadas ao contexto da luta operária nacional (ABC paulista e Fortaleza, por exemplo, embora a comparação seja analítica).

Ainda neste capítulo, podemos perceber o ideário político desses operários, que na nossa análise flertava com o Regime Civil-Militar (1964-1985) e com uma visão de sociedade marcada pela ordem, além de uma concepção de sujeito (o trabalhador) envolto numa ética moral, onde o trabalho é marca de uma “essência” honesta, e passividade e obediência são marcas indeléveis desse ser social, do consumo do álcool também marcante, sendo o bar e a Igreja (católica) locais de sociabilidade importantes.

CAPÍTULO I

Industrialização e atitudes operárias: breve histórico da indústria e da classe operária no Brasil

“Dentro de cada trabalhador, existe um ser humano tentando se libertar.”

Eric Hobsbawm

1.1 Caracterizações da industrialização brasileira e sua mão-de-obra

A história econômica do Brasil mostra características do processo de industrialização que o põe em diferença ao ocorrido em países europeus. Com uma economia historicamente marcada pela mão-de-obra escrava e baseada na agricultura para exportação, de acordo com os interesses da administração da metrópole portuguesa, o surgimento de pequenas indústrias nas terras brasileiras ia de encontro ao monopólio de produtos comercializados com o aval da Coroa.

Neste sentido, o “Brasil Império” foi essencialmente um período agrário exportador. Com a abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da República (1889), o processo de industrialização tornou-se politicamente viável. Porém, já existiam mesmo no período imperial algumas poucas fábricas.

Em relação à mão-de-obra fabril que surgiu no Brasil, além das medidas restritivas da política monopolista portuguesa em relação ao surgimento de indústrias no Brasil, outro fator que a difere da classe operária inglesa à classe de trabalhadores no Brasil foi, por exemplo, o fato de que o operariado brasileiro ter emergir em conjunto com a ainda existente escravidão negra. O que demonstra uma relativa permanência de velhas estruturas sociais em conjunto ao “progresso capitalista”.

Quando surgiram os primeiros estabelecimentos fabris no Brasil, a Revolução Industrial na Inglaterra já vinha se desenvolvendo há mais de meio século. O aparecimento de algumas fábricas no interior da sociedade escravista brasileira, na primeira metade do século XIX, não significava, em absoluto, que esses fatos primeiros estivessem prestes a se generalizar (HARDMAN, LEONARD, 1982, p. 21).

Com o advento da República e os projetos de modernização econômica, na figura do fomento as atividades industriais, o desenvolvimento mais sistemático das primeiras indústrias, (estas majoritariamente no eixo Sul-Sudeste do Brasil) teve um maior avanço. A ideia era modernizar o Brasil, torná-lo o mais próximo do exemplo de sociedade Européia em termos políticos (República) e econômicos (capitalismo industrial).

Com o fim do escravismo, houve uma maior aproximação do país com países europeus, o que favoreceu a imigração de europeus para mão-de-obra na agricultura e na indústria das regiões Sul e Sudeste, onde muitos iriam formar a classe operária brasileira trazendo suas experiências não só no trabalho, mas também na organização de trabalhadores.

Entretanto, mesmo “quando do ponto de vista quantitativo, o fenômeno se intensificou um pouco mais após 1888, ainda assim a indústria brasileira permaneceu extremamente embrionária [...]” (HARDMAN, LEONARD, 1982, p. 21). Foi nas primeiras décadas do século XX, (principalmente a partir de 1914, por ocasião da Primeira Guerra Mundial [1914-1918], quando os países europeus em guerra pararam de fornecer produtos industrializados), o período em que de fato, de forma sistemática (ainda que incipiente) a industrialização brasileira tomou realmente impulso.

Segundo Antonio Paulo Rezende em *História do movimento operário no Brasil*:

O contexto da Guerra vai trazer modificações na economia brasileira. Devido à própria dificuldade de importação – conjuntura esta favorável ao mercado interno –, no período 1915-19 houve um crescimento na área industrial, quando foram fundadas 5 936 novas indústrias e o número de operários aumentou significativamente (REZENDE, 1994, p. 15).

Concentrando-se em São Paulo, que respondia por quase 40% da produção industrial (REZENDE, 1994), a industrialização brasileira em seu início, além de incipiente e tardia, era concentrada¹⁵ em duas regiões do país: o Sudeste principalmente, seguido do Sul. A concentração não era sem

¹⁵ Sobre isto ver: “Concentração industrial e capital financeiro” In: HARDAM, Francisco Foot, LEONARD, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1982. p. 58-74.

propósitos, pois o centro de poder político emanava daquelas regiões, sendo que a industrialização do restante das regiões do país sofreu um atraso significativo neste processo (HARDMAN, LEONARD, 1982).

Neste contexto, regiões como a Norte e a Nordeste do Brasil, afastadas dos eixos de concentração de poder político e econômico, permaneciam com suas economias voltadas para a agricultura de subsistência e a criação de animais. Principalmente o Nordeste permaneceu ainda muitas décadas ligado à monocultura e atividades que não possibilitavam o desenvolvimento econômico industrial da região, como ocorrera em outras localidades no início do século XX.

Outro fator também merece consideração é que “o desenvolvimento da indústria no Brasil não atravessou um processo longo e linear de evolução do artesanato e da manufatura, mas ocorreu através da implantação da ‘grande indústria’ mecanizada” (SEGATO, 1987, p. 14). Esta grande indústria foi produtora, sobretudo de bens não duráveis, como tecidos, alimentos e etc., também muito restrita ao estado de São Paulo (SEGATO, 1987).¹⁶

O processo de industrialização no Brasil carrega ainda outra característica social singular quando comparado ao ocorrido na Europa dos anos 1800: a inexistência, no processo de criação do Estado nacional, de uma revolução burguesa no Brasil. Como se sabe a formação do Estado nacional brasileiro foi totalmente acompanhado pelas estruturas políticas portuguesas, o que deixou por muitos anos uma herança em relação à metrópole.

“A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural” (MARX, ENGELS, 2010, p. 44). Desta forma os pensadores alemães nos fazem questionar sobre o processo e recrutamento de trabalhadores ocorrido em Parnaíba, problematizando suas raízes de origem e pensando como elas se relacionam com as formas de organização de trabalhadores nesta cidade.

¹⁶ “A desigual distribuição geográfica corresponde também uma desequilibrada concentração operária [...]” (SEGATO, 1987, p. 14). Sustenta o autor que até meados dos anos 1930 o Estado de São Paulo sozinho representava mais da metade da indústria e, por conseguinte da concentração da classe operária brasileira (SEGATO, 1987).

O que houve com a industrialização no Brasil foi uma aliança entre a burguesia capitalista, principalmente a estrangeira, com as elites agrárias do café, e desta união surgiram vários estabelecimentos fabris.¹⁷ Dito isto, ressaltamos que não houve uma revolução social burguesa que modificou a sociedade brasileira, na figura de uma urbanização em larga escala por exemplo.

Como adverte Florestan Fernandes, “[...], cumpre não esquecer que o grosso dessa burguesia vinha de e vivia em um estreito mundo provinciano, em sua essência rural [...]” (FERNANDES, 2008, p. 268). Além disso, cumpre notar também que o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro em seus primeiros estágios não tinha possibilidade de competir e muito menos, sobrepujar o capitalismo estrangeiro, em virtude de várias causas, como a política ainda dominada pela elite agrária e a ausência, como já ressaltado, de uma tomada de poder político de fato, pela burguesia industrial brasileira. Ou seja, resultando em um capitalismo dependente.

Portanto, estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador, [...]. A influência modernizadora externa se ampliara e se aprofundara; mas ela morria dentro das fronteiras da difusão de valores, técnicas e instituições instrumentais para a criação de uma economia capitalista competitiva satélite (FERNANDES, 2008, p. 269).

Este fato também constitui a singularidade da industrialização brasileira, pois a característica principal desta burguesia era ela ser uma classe híbrida (mistura de ruralistas com estrangeiros), e este hibridismo, somado a outros fatores, resultou na formação de um capitalismo industrial dependente¹⁸, satélite de outras potências, sobretudo Inglaterra, França e Estados Unidos (FERNANDES, 2008).

¹⁷ “A maior parte desses estabelecimentos industriais foi criada ou financiada com capital de firmas importadoras estrangeiras e, principalmente, com o capital proveniente do café” (SEGATO, 1987, p. 13). Em Parnaíba, a atuação da chamada “Casa Inglesa” foi preponderante na industrialização da cidade, sendo considerada pioneira neste sentido (Fonte: **Livro do Centenário da Parnaíba**, 1944).

¹⁸ Sobre estes aspectos da revolução burguesa no Brasil, no caso seu hibridismo, o pacto com as elites agrárias, a não revolução abrupta que reverberaram em um capitalismo brasileiro dependente, ver: “A concretização da revolução burguesa” In: FERNANDES, Florestan. **Sociologia**. Org. Octávio Ianni. Ed. São Paulo: Ática, 2008. (Grandes cientistas sociais). p. 266-281.

Não convém defender com este trabalho que a causa para a industrialização brasileira ser em seus primeiros estágios de evolução marcadamente dependente é produto do fato de que a burguesia não revolucionou as relações de produção. O contexto histórico era inibidor (para não dizer hostil) para um avanço industrial brasileiro, além da carga histórica brasileira (condições políticas, econômicas, sociais, culturais e etc.) ser repleta de conservadorismo social e de uma característica econômica de agricultura de exportação.

Outro caractere a ser considerado é a própria limitação da capacidade industrial nacional das primeiras duas décadas do século XX, que apesar dos recursos naturais abundantes, detinha um insuficiente maquinário fabril moderno, o que dificultava internamente a alavancada da produção industrial brasileira com vistas a ter chances reais de competir com a produção exterior.

Conforme Boris Fausto:

Trata-se de uma indústria constituída em grande parte por pequenas unidades, característica que se mantém, em linhas gerais, vinte anos depois. Dos 13 336 estabelecimentos industriais recenseados em 1920, apenas 482 tinham mais de cem operários; pelo censo de 1940, de um total de 40 860 indústrias havia 1236 com mais de cem trabalhadores (FAUSTO, 2010, p. 37-38).

Estes números que o autor nos mostra corroboram com a ideia de que a capacidade industrial, tanto de produção como a de mão-de-obra era muito aquém de um capitalismo que visasse competir com o exterior, o que reforça a ideia de que para além e com a não revolução burguesa, a industrialização brasileira também é singular pelo seu aspecto difuso, concentrado e dependente do capitalismo externo, refém das oscilações do capital estrangeiro, o que se tornará evidente com a quebra da Bolsa de Nova York em 1929.

Todo este conjunto de fatores, que singularizam e constituem a caracterização da industrialização brasileira, devem ser somados a outro processo correlato e importante: a completa concentração de capital em algumas regiões, exposta na presença industrial e na dependência externa do país frente a ingleses e estadunidenses. Esta concentração industrial era

enorme, assim como a vulnerabilidade da economia brasileira frente às crises do capitalismo.

Como resultante disto, ocorreu também o processo de migração interna de trabalhadores no Brasil, em que muitos grupos (do Norte e Nordeste) começaram a migrar para os centros industriais nascentes, mesclando-se aos imigrantes europeus vindos não tão somente para formarem a classe operária brasileira (um fato relevante era a sua especialização para o trabalho) como também para “branquear a raça”¹⁹. Esta imigração também demonstrava como a concentração industrial era grande nos primeiros momentos da industrialização do Brasil.

Esta imigração tanto externa como interna será importante para se entender a formação da classe operária brasileira e suas formas organizadas de combate aos abusos patronais, visto que o preconceito, tanto de imigrantes para com os brasileiros, como o existente entre os próprios brasileiros (preconceitos regionais) irão interferir de forma negativa na organização dos trabalhadores nos primeiros momentos da industrialização nacional (BATALHA, 2000). Tal formação histórica deve ser entendida de forma mais detalhada, a fim de compreender o processo que torna a classe operária brasileira singular.

1.2 A classe operária no Brasil²⁰: resistência e cultura operária

O processo de concentração nos centros urbanos de mão-de-obra assalariada, após o fim do sistema de escravidão, que ocorreu no Brasil foi incrementado pela chegada numerosa de trabalhadores vindos da Europa na virada do século XIX para o XX. Este fato é significativo para a compreensão das lutas dos trabalhadores das regiões Sul e Sudeste por melhores condições de trabalho, tendo em vista a experiência destes trabalhadores imigrantes em

¹⁹ Entretanto, a imigração europeia não resultou no desejado “branqueamento da raça” pretendido pelas elites republicanas. O resultado foi que estes operários trouxeram ideias radicais de luta e organização dos trabalhadores, ou seja, foi sem dúvida um desalento para o patronato, que agora tinha que se utilizar da força e da repressão para solucionar esta “questão social”. Sobre os movimentos operários na Primeira República ver: BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

²⁰ “A origem da classe operária brasileira remonta aos últimos anos do século XIX e está vinculada ao processo de transformação na nossa economia, cujo centro agrário-exportador cafeeiro ainda era predominante” (ANTUNES, 2003, p. 38). Neste período a imigração europeia foi marcante na formação do operariado. Sobre a formação da classe operária no Brasil ver: (SEGATO, 1987; LEONARD, HARDMAN, 1982; BATALHA, 2000).

lutas históricas no seu continente de origem. Assim, chega nestas regiões linhas de pensamento como: anarquismo, socialismo, comunismo e outras, que possibilitaram um maior fomento à organização de trabalhadores que reverberaram em movimentos de greve, motins e revoltas diversas.

Oprimidos pelo sistema capitalista brasileiro em marcha, a classe operária foi tomando consciência da importância da luta de classes que travava tanto no espaço fabril como nas lutas sociais, nas ruas contra as precárias condições de moradia, saúde e a ausência de leis trabalhistas que colocavam o operário numa situação não tão distante da servidão.

De acordo com Cláudio Batalha “Esses trabalhadores moravam em habitações precárias, como os cortiços; na periferia dos centros urbanos, padecendo problemas de transporte e infraestrutura; ou ainda, submetidos ao controle patronal, caso das vilas operárias das empresas” (BATALHA, 2000, p. 11).

Sem a perspectiva de um amparo dos poderes do Estado, os operários esboçam uma organização, ainda em fins do século XIX, as chamadas associações mutualistas²¹, sem fins combativos, pregam o auxílio mútuo e a estratégia da “resignação proletária”, confiante na conciliação entre as classes.

“Esse proletariado, em fase inicial de constituição, encontrava dificuldades imensas para se organizar” (REZENDE, 1994, p. 10). Não só o Estado não encarava de forma positiva a organização da classe trabalhadora, como até mesmo os patrões lembrando que as associações mutualistas tinham “fins pacíficos” e algumas tinham como “presidente de honra” o próprio patrão dificultando o desenvolvimento das mesmas sempre que possível, de se organizarem de forma combativa, pois os patrões temiam que as “ideias perigosas” advindas, sobretudo, de anarquistas no período (1900-20) pudesse desestabilizar a política econômica que se desenvolvia no País.

“Apesar das dificuldades, uma imprensa operária se destacava, [...]” (REZENDE, 1994, p. 10) como forma de divulgação de ideias e a partir dela é perceptível a crescente influência das ideologias socialistas e anarquistas que aos poucos foram sobrepujando as associações mutualistas, que no início da

²¹ “Entretanto, é importante ressaltar que o mutualismo não foi uma tendência original do movimento operário brasileiro, mas sim um momento constitutivo da formação internacional do proletariado como classe” (HARDMAM, 2002, p. 42). Nota de rodapé n. 3.

década de 1920 já estavam em franca decadência (LEONARD, HARDMAN, 1982).

Sobre as organizações mutualistas Francisco Foot Hardman comenta que:

O mutualismo foi virtualmente soterrado pela luta de classes: a classe operária, sob influência anarcossindicalista, desenvolveu as ligas de resistência e os sindicatos de ofícios vários; a burguesia, por intermédio do Estado e da Igreja, tomava as iniciativas no campo da filantropia e do paternalismo assistencialista (HARDMAN, 2002, p. 43).

Em 1906 foi realizado o Congresso Operário Brasileiro, na então capital do Brasil que era a cidade do Rio de Janeiro, onde as teses do anarcossindicalismo saíram vitoriosas²². Com o advento da Primeira Guerra mundial em 1914, houve um aumento da preocupação por parte das já consolidadas organizações operárias no Brasil de mobilizar os trabalhadores na oposição ferrenha à guerra.

O contexto 1914-1918 marca um período de mudanças na economia brasileira e, por conseguinte, nas condições de vida da classe trabalhadora, sobretudo a cidadina dos incipientes centros industriais da região Sul-Sudeste, pois o país sentiu a necessidade de acelerar seu processo de industrialização, assim no “período 1915-19 houve um crescimento na área industrial” (REZENDE, 1994, p. 15).

Paralelo ao contexto de guerra houve uma enorme difusão das greves, e em julho de 1917 houve a chamada greve geral em São Paulo²³, que assustou as classes dominantes, sobretudo por que:

Essas greves marcaram uma fase importante do movimento operário e da sua capacidade de articulação. Geralmente suas reivindicações não se restringiam às necessidades do setor produtivo; eram amplas, daí explicar-se por que, na maioria das vezes, contavam com a solidariedade da população urbana (REZENDE, 1994, p. 22).

²² O mesmo aconselhava “o proletariado a organizar-se em sociedade de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitavam as organizações [...]” (HALL, PINHEIRO, orgs., 1979, p. 41-58 apud REZENDE, 1994, p. 12).

²³ “Foram os operários do Cotonifício Crespi que iniciaram, em julho de 1917, uma das mais famosas greves da cidade de São Paulo” Op. Cit, 1994, p. 17.

Estas greves desencadearam a resposta do Estado republicano, que foi na figura da repressão violenta, e mesmo quando da greve geral de 1917 (no período de seu transcurso) houve algumas concessões aos trabalhadores, depois que a greve cessou iniciaram novamente as perseguições, prisões e deportações das lideranças sindicais, sobretudo as estrangeiras (BATALHA, 2000).

Os partidos que se posicionavam ao lado dos operários não tardaram a se organizar e iniciar suas atividades. O surgimento de partidos dessa natureza vinha desde o fim do século XIX. Um exemplo deste tipo de agremiação foi o efêmero Centro do Partido Operário criado para disputar as eleições de 1891, que teve pouca duração²⁴ e expressividade, por exemplo, (PRIORE, 2010).

Paralelo e conjuntamente à profusão de greves operárias e apesar de uma maior influência do anarquismo, que rejeita a instituição partidária, o número de partidos aumentava e em 1922 foi fundado o PCB (Partido Comunista do Brasil), que só em 1924 “seria aceito pela Internacional Comunista” (REZENDE, 1994, p. 25). Apesar de várias tentativas de organizar a classe trabalhadora, acreditando ser o seu defensor legítimo, com o Estado Novo de Vargas implantado em 1937, o Partido Comunista, já na clandestinidade, perde de modo significativo a sua influência sobre a classe trabalhadora.

Com as influências do anarcossindicalismo²⁵, as atitudes operárias no período da Primeira República sofreram significativa mudança na postura, à radicalização da classe operária (a despeito da repressão do Estado), a fundação dos partidos socialistas e o sindicalismo independente com projetos de transformação social são marcantes. Com o governo de Vargas, “[...], o Estado Novo varguista procurou, numa primeira fase, controlar o movimento operário e sindical trazendo-o para dentro do aparelho de Estado” (ANTUNES, 2003, p. 46).

²⁴ “Em 1893, por ter aderido à Revolta da Armada, a agremiação foi extinta” (PRIORE, 2010, p. 229).

²⁵ “Anarcossindicalismo: valoriza o movimento sindical e a sua atuação para combater a política burguesa. Prega que através de greves e boicotes econômicos se consegue minar a resistência do capitalismo e libertar o homem da exploração. No Brasil, os anarcossindicalistas estiveram muito presentes no movimento operário da Primeira República” (REZENDE, 1994, p. 83).

Neste sentido, a partir do Estado Novo (1937-1945) houve uma significativa cooptação do movimento operário pela repressão (principalmente do movimento sindical)²⁶ e pela ideologia getulista²⁷, encarnada na figura paternalista do “pai dos pobres” que por meio de um poderoso instrumento de propaganda (que começa a se proliferar pelo rádio²⁸), nos discursos em dias como o 1º de Maio e nas aparições públicas diante da classe trabalhadora, Getúlio Vargas se coloca cada vez mais como o grande benfeitor do trabalhador brasileiro.

1.3 Uma Cultura Operária

Para além da questão da luta e das condições econômicas e políticas a que eram submetidos os operários e a classe trabalhadora em geral, estes sujeitos produziram uma cultura própria. Esta noção aparece nos escritos de Claudio Batalha, segundo ele:

[...] quando se fala de cultura operária nesse período subentende-se, primordialmente, a cultura militante produzida pelas sociedades e pelas correntes políticas, [...]. As sociedades operárias desenvolveram todo um calendário de celebrações e solenidades, que se tornou elemento essencial da cultura militante (BATALHA, 2000, p. 63, 65).

Apesar das festividades de caráter “pedagogizantes”²⁹ das expressões culturais, expressas sobretudo nas peças dos teatros operários e nos festivais de propaganda (HARDMAN, 2002), uma outra cultura foi se formando com caracteres que denotam uma poderosa diversidade, indo além de um aspecto denunciativo das condições do operariado; com efeito foi se constituindo, para desespero de anarquistas e lideranças operárias radicais, práticas culturais dos trabalhadores amalgamadas com a cultura das elites.

²⁶ “O golpe do Estado Novo marcaria um momento qualitativamente diferenciado nas práticas e de intervenção e controle sobre a ação sindical, ao dar tratamento criminal aos desvios da atuação que a lei passava a prescrever de maneira cada vez mais minuciosa” (FORTES, Alexandre [et. al], 1999, p. 37).

²⁷ Conjunto de ideias e representações gestadas pela máquina de propaganda do governo de Getúlio Vargas que visava legitimar o governo e especialmente a figura de Vargas, era expressa por meio de slogans, comícios e principalmente através do rádio, onde os discursos do presidente eram veiculados (DECCA, 1981).

²⁸ Ver: DECCA, Edgar de. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

²⁹ “Com efeito, a *feira de propaganda* era circunscrita aos salões das associações de classe e muito mais carregada no aspecto doutrinário, ‘educador’ e ideológico” Op. cit., 2002, p. 54.

Entretanto, defendemos que tal amálgama não representa uma sobreposição cultural; conforme analisa o filósofo grego Cornelius Castoriadis:

Mas, bem entendido, com um sentido radicalmente oposto ao seu sentido “burguês”. Os operários se apropriaram da cultura burguesa – e, ao fazê-lo, invertem sua significação. [...] A classe operária retoma em seu próprio fazer instrumentos e conteúdos da cultura existente, conferindo-lhes uma nova significação (CASTORIADIS, 1985, p. 59, 60).³⁰

Além do caráter híbrido da cultura operária, é necessário também desconstruir algumas das representações sobre a classe operária, vendo-a como uma massa de ignorantes, oprimidos, vítimas, negando-lhes assim qualquer traço de originalidade e valor cultural.³¹

As generalizações sobre a cultura operária, segundo Fernando Teixeira da Silva; são:

Alcoolismo, ausência de clara demarcação entre tempo de trabalho e lazer, sociabilidade em espaços exclusivamente masculinos, força física, ostentação de símbolos de virilidade e valentia, rivalidades étnicas e violentas disputas pelas oportunidades de emprego em instável mercado de trabalho povoam a imagem de uma comunidade turbulenta, perigosa e estigmatizada por outros grupos (SILVA, 2003, p. 129).

Uma turba de radicais famintos, sem intelectualidade e rebeldes em potencial, compõe, segundo o autor, uma generalização pérfida e sem nexos (SILVA, 2003). Além de dotar a cultura operária de uma essencialidade militante, combativa, o que nega o hibridismo cultural do operariado – que é um processo patente desde sua formação – como as constantes mutações em seu interior.

Isso reverbera em um olhar sobre a cultura da classe operária como um todo único, homogêneo e sem diversidade, um todo militante e radical, preposições estas que Fernando Silva (2003) considera uma generalização estanque. Tal generalização se constrói concomitante com a outra (que a os operários não são combativos, que são submissos, “pelegos” e etc.).

³⁰ “É tão-somente por referência a tais significações que se torna possível, para além de critérios simplesmente empíricos, pensar o que durante todo um período histórico se fez como classe operária e como movimento operário” (CASTORIADIS, 1985, p. 70).

³¹ Sobre isto ver: BATALHA, Claudio et. al. **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

Em síntese podemos perceber que estes processos (tanto a industrialização quando a formação do operariado) se interligam com a esfera política. Não é possível pensar estes, que são processos econômico-sociais, desarticulando-os dos acontecimentos da política. Buscamos demonstrar neste capítulo que a ausência de uma revolução burguesa nos moldes europeus obstaculizou um avanço nas forças produtivas industriais, processo que incidiu diretamente na formação da classe operária brasileira, visto que ela se viu concentrada na região Sudeste, composta de uma grande variedade de estrangeiros.

Apesar do número irrisório (no início) este processo dificultou também a formação de uma classe coesa e combativa, para além da ocorrência dos preconceitos de ambas as partes, como xenofobia e eurocentrismo (BATALHA, 2001) e de uma organização sistemática da classe operária.

Em relação à combatividade, sem dúvida que as primeiras décadas do século XX (1900-1930) resguardam uma originalidade, visto que neste período, as influências do radicalismo anarcossindicalista, a formação de partidos e a ação sindical independente (apesar do número de associações mutualistas) podem ser vistos como sinônimo de um período de luta mais acirrada e radical, com perseguição e prisão generalizadas.

No que concerne a cultura operária, podemos visualizar o hibridismo, a cultura combativa e a cultura para além desta esfera militante, além de defendermos a crítica as generalizações sobre a cultura operária, onde seus componentes são vistos como “turbas” ou oprimidos, radicais “bêbados e a-intelectuais” (SILVA, 2003), o que dota esta cultura de uma essencialidade (a militante) e a reduz ao mero espectro da esperança revolucionária.

Depois da Primeira República, no período getulista podemos perceber novas tendências do movimento operário, entretanto houve greves, revoltas e manifestações, o que desconstrói a ideia da completa capitulação operária, na figura do peleguismo sindical (ANTUNES, 2003) e da captura ideológica sob a égide do trabalhismo de Vargas (GOMES, 2005). E apesar da rearticulação das lutas no período democrático, do chamado populismo³², com o golpe civil-

³² Sobre isto ver: FERREIRA, Jorge. Org. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

militar de 1964 houve uma retomada da perseguição e da repressão aos movimentos operários (REZENDE, 1994).

Agora, neste trabalho, cumpre compreendermos como ocorreu no Piauí e na cidade de Parnaíba em especial, estes processos ligados vitalmente entre si (no caso a industrialização e as articulações dos trabalhadores operários), com ênfase nos operários da MORAES.

CAPÍTULO II

O Piauí e a Parnaíba industrial: histórico da MORAES S/A, associações e organizações dos trabalhadores e as experiências sindicais de alguns operários nos anos 1970 e 1980

“Esse ar... deixou minha vista cansada! Nada demais...”

(Música “Fábrica”, Legião Urbana)

2.1 A Industrialização piauiense: algumas considerações acerca de suas características

Continuando a tratar sobre a relação entre a organização dos trabalhadores e o processo de industrialização brasileiro, vamos enfatizar o contexto piauiense. O desenvolvimento econômico do setor industrial no estado do Piauí apresenta duas características fundamentais para o entendimento deste setor de produção: seu caráter tardio – se comparado a outros estados da federação – e sua capacidade produtiva. Uma característica econômica que historicamente marca o Estado é o setor agropecuário que por mais de um século manteve grande maioria do território reconhecidamente rural.

Como em outros estados, as indústrias piauienses concentraram-se principalmente na capital, Teresina, sendo que os principais investimentos de fomento e consolidação (ainda que poucos e incipientes) à indústria piauiense por parte dos governos estadual e federal eram direcionados para as indústrias da capital; neste sentido, Jesus Elias Tajra e Jesus Elias Tajra Filho, em um artigo no livro organizado por Raimundo Nonato Santana, afirmam que:

O primeiro grande empreendimento industrial data do início de 1893, quando em Teresina, é fundada uma indústria de fiação e tecelagem denominada Fábrica de Fiação e Tecidos Piauienses, que fabricaria brins (marcas Governador Interventor e Estadista), algodãozinho (marcas Altivo, Tico-tico, Tuchau e Nababo) e lona (SANTANA, 1995, p. 138).

Os autores apontam ainda que a industrialização piauiense, além de privilegiar Teresina, a nova capital e centro político do estado em detrimento de Parnaíba, foi sobretudo tardia em seu desenvolvimento produtivo, com uma

população urbana diminuta e com baixo poder aquisitivo, o Piauí somando como fatores inibidores de uma industrialização de grande porte.

Tais condições se mantiveram nas primeiras décadas do século XX (1900-1950), e começou a modificar-se apenas em fins dos anos 1960, pois em meados da década de 1960 “o mercado urbano de pequena dimensão (294.422 habitantes em todo o Estado) aliado ao baixo poder aquisitivo se constituíram em fator inibidor do surgimento de grandes indústrias locais” (SANTANA, 1995, p. 147).

Neste artigo³³, os autores são taxativos ao indicar a mudança do eixo de investimento e atenção dos poderes público e privado no sentido do investimento de capitais que agora convergiam para Teresina, enquanto Parnaíba sofreu com declínio do preço de seu principal produto de comércio partir dos anos 1950:

Os principais anos da década de 50 são marcados pela queda vertiginosa nos preços da cera de carnaúba e da amêndoa de babaçu, surpreendendo os exportadores com elevados estoques mergulhados em profunda crise. Inicia-se então, progressiva decadência de Parnaíba e ascensão de Teresina (SANTANA, 1995, p. 146).

Isso demonstra como o declínio econômico e a posterior mudança ou deslocamento da economia parnaibana do setor industrial para o setor de serviços e comércio se deveu também a fatores externos, ou seja, a concentração de investimentos em Teresina e o “isolamento” no sentido de apoio do poder público (na figura da Associação Comercial do Piauí, por exemplo) que se abateu sobre Parnaíba.

Além destes fatores, “a falta de energia elétrica que se constituía em grande óbice para o desenvolvimento econômico do Piauí” (SANTANA, 1995, p. 147) também afetava as pretensões de construção de um distrito industrial em Parnaíba almejado em fins da década de 1970³⁴, quando se pensava

³³ Ver: Capítulo VI O Comércio e a Indústria No Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro. **Piauí: Formações – Desenvolvimentos – Perspectivas**. Ed. Teresina: FUNDAP, 1995. p. 133-158.

³⁴ Sobre o distrito industrial parnaibano ver as notícias veiculadas no jornal: INOVAÇÃO, ANO I, N° 6, Abril, 1978.

reativar a indústria da cidade que estava enfraquecida o Jornal Inovação³⁵ no final dos anos 1970 noticiava que:

DAS VANTAGENS DE UM DISTRITO INDUSTRIAL: - Acesso fácil aos equipamentos e serviços; - Disciplinamento e ocupação e uso dos terrenos impedindo a especulação imobiliária; - Reduz a poluição ambiental, [...]; - Descentralização das atividades econômicas; - Cria novas oportunidades de emprego, evitando a evasão da mão-de-obra qualificada e absorvendo a já existente; - Atrai, e promove a instalação de novas indústrias, [...]; - Aumento do emprego da mão-de-obra indireta [sic] (INOVAÇÃO, ANO I, N° 6, Abril, 1978, p. 7).

Isso nos mostra como em fins da década de 1970 já era perceptível para alguns setores da sociedade parnaibana a necessidade – e urgente, como aponta o jornal adiante desta mesma matéria citada – a implantação do distrito industrial com vistas a revigorar as atividades econômicas e, neste sentido, tentar equalizar a atividade industrial da cidade com a de Teresina. Ainda conforme o Jornal Inovação, “o Distrito Industrial de Parnaíba a exemplo do de Teresina irá financiar a custos baixos do mercado galpões industriais para a instalação de indústrias” (INOVAÇÃO, ANO I, N° 6, Abril, 1978, p. 7).

Apesar desse declínio das atividades industriais em Parnaíba nos fins da década de 1970, paradoxalmente “os anos 70 foram de grande progresso para o Estado do Piauí, embalado pelo próprio desenvolvimento do Brasil, que vivia o chamado ‘milagre econômico’, que atingiu taxas de crescimento de até 14% ao ano” (SANTANA, 1995, p. 148).

Entretanto, para a cidade de Parnaíba o contexto econômico era desfavorável à indústria, que além das dificuldades estruturais como a insuficiente cobertura energética para as indústrias (SANTANA, 1995)³⁶ e a

³⁵ “O Jornal *Inovação* foi um veículo de comunicação que teve como produtores e idealizadores Francisco José Ribeiro e Reginaldo Ferreira da Costa. Foi lançado em dezembro de 1977 e teve seu último exemplar publicado em meados de 1992. Foi um jornal tido por muito tempo como um periódico alternativo e, em alguns casos, e para algumas pessoas, um jornal ‘maldito’” (MENDES, 2012, p. 54). Ainda segundo o autor os jornalistas do Inovação eram simpatizantes do MDB (Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição “consentida” a ARENA, partido dos militares), contanto com jovens e universitários que flertavam com a ideologia de esquerda, fazendo críticas sociais e sem compromisso financeiro (MENDES, 2012).

³⁶ “A falta de um porto, o pequeno mercado interno, a distancia de matérias-primas e dos grandes consumidores, a baixa qualificação da nossa mão-de-obra, dificuldades no fornecimento de energia elétrica, [...], tem se constituído em óbices que tem afastado

necessidade da construção do Porto de Luís Correia, havia os fatores do refluxo do milagre econômico; conforme o Jornal Inovação, “evidentemente que não podemos colocar este problema isoladamente, mas como parte importante dentro do contexto que nos defrontamos” (INOVAÇÃO, ANO I, N° 6, Abril, 1978, p. 7).

O que podemos perceber é que o declínio de indústrias, como a MORAES S/A em fins dos anos 1980, faz parte de uma conjuntura nacional e estadual, da industrialização piauiense (tardia e incipiente) que à nossa análise foi pensada quase que exclusivamente para a capital Teresina, o que abalou a indústria parnaibana, e a construção do distrito industrial em fins da década de 1970 (também devemos relacionar a isto a desinstalação da estrada de ferro na cidade) seria a última tentativa de reavivar a indústria da cidade (fato que não veio a concretizar-se).

2.2 A MORAES S/A: Primórdios da Industrialização em Parnaíba

Em relação à industrialização da cidade e do surgimento da fábrica MORAES S/A, é necessário recuarmos um pouco no tempo. Dentro do contexto de industrialização³⁷ do início do século XX é que surge em Parnaíba a indústria MORAES, que teve uma significativa atividade na cidade, principalmente no setor de exploração da cera de carnaúba e na produção de sabão:

Coube aos srs Moraes & Cia., estabelecidos em Parnaíba, a merecida honra de haverem sido em nosso país, os pioneiros da Indústria de refinação da cera de carnaúba, o mais valioso dos produtos que se exportam do nordeste brasileiro. [sic] (Fonte: Mensário da Associação Comercial de Parnaíba, *Boletim Comercial*, Março de 1944, ano I, N° 2, p. 3).

Um de seus sócios fundadores, na primeira década do século XX, e posterior detentor isolado da indústria, foi o “coronel³⁸” Jozias Moraes:

investimentos externos. Ademais, há que se considerar as bruscas alterações da economia nacional, [...]” (SANTANA, 1995, p. 156).

³⁷ Ver: Op. Cit. 1982, p. 21.

³⁸ Coronel era um título de prestígio (que remonta ao período da Guerra do Paraguai no século XIX) e no contexto da Primeira República denotava poder e influência.

Jozias Benedito de Moraes nasceu em Parnaíba, a 9 de Junho de 1865. Ingressou no comércio a 1º de Dezembro de 1879, como auxiliar de Irmãos Véras & C.. Em Maio de 1883, trabalhou como sócio de Feliciano Véras & C., mas, em 1885, voltou a trabalhar na firma Franklin Véras & C.. Passou a interessado desta firma em 1888, ano em que contrai núpcias com sua prima Joana Rita de Moraes Correia. Em 1891, foi admitido como sócio na firma que trabalhava como interessado, e, em 1901, com a retirada do sócio Franklin Gomes Véras, integra a nova firma – Ribeiro, Moraes & C.. Casa-se em segundas núpcias, em 1902, com sua cunhada Alvina de Moraes Correia. No ano seguinte, 1903, retira-se da firma, para fundar, a 4 de Março de 1904, com Antonio Martins Ribeiro e Fernando José dos Santos uma firma que se projetou brilhantemente, pelo tempo afóra – Ribeiro, Moraes & Santos. Depois, Moraes, Santos e C., com a retirada de Antonio Martins Ribeiro, e, finalmente Moraes & C., com a retirada de Francisco José dos Santos. Hoje, a firma continua com o mesmo nome, porém, está, já, afastado da atividade comercial o Cel. Jozias Moraes. Continuam a honrosa tradição seus filhos: José, Ozias, Alberto e Almir. [sic] (Fonte: Livro do Centenário da Parnaíba, 1944, p. 113).

Fundada por um típico coronel da Primeira República, a fábrica MORAES fazia parte do parque industrial parnaibano (composto basicamente por fábricas de pequeno porte exportadoras de produtos do setor extrativista) que a partir do porto das Barcas, escoava a produção, no caso a produção de cera de Carnaúba e de Sabão, se utilizando em Parnaíba de um maquinário avançado para a época. A proliferação industrial nas primeiras décadas do século XX na cidade foi significativa, e segundo o historiador José de Ribamar dos Santos Júnior:

Esse período tem como uma de suas características uma série de invenções que vão estar presentes nos estabelecimentos e nas Fábricas que se instalaram na cidade. Em Parnaíba teremos a instalação da fábrica do Moraes que, ao longo do processo de sua existência vai fazer máquinas próprias para a transformação das matérias primas: algodão, cera de carnaúba, babaçu, etc [sic] (JÚNIOR, 2005, p. 177).

Neste sentido, segundo um ex-operário do MORAES S/A em conversa cedida para esta pesquisa (citada acima):

[...] essa fabricação de cera aqui no Moraes, não teve ninguém que acompanhasse, não teve Ceará, não teve exterior que pudesse competir. Muitos pesquisadores, de fora e aqui mesmo no Brasil vieram copiar o modelo das máquinas. Depois

foi inventado uma outra máquina, um aparelho grande, alto, tinha oito metros de altura ou mais, era só um, camburão, agora embaixo tinha muitos compressores de ar. Lá em cima tinha uma centrífuga para receber a cera com 90° graus de calor, essa cera era levada para cima através de uma bomba para mandar com força porque era alto, então que quando a cera chegava lá, entrava na centrífuga, essa centrífuga começava a girar com muita velocidade, a cera espalhava por todo o aparelho, quando ela chegava embaixo, já tinha se transformado em pó, cera igual o leite em pó, o pó limpo.³⁹

O que podemos perceber é certo grau de tecnologia no processo produtivo, o que nos leva a pensar que a fabricação de cera pela indústria MORAES S/A contava com um investimento grande, buscando seu aperfeiçoamento até por meio dessas invenções, que segundo o ex-operário acima “não teve ninguém que acompanhasse”.

Quando do 75° aniversário da MORAES S/A (1979), os diretores da indústria produziram um folheto comemorativo (distribuído para os operários), no qual se consta um breve histórico da empresa fundada pelo coronel Jozias Moraes e continuada por José de Moraes onde “seus sucessores, homenageando seus inolvidáveis nomes, elaboraram este sumário relato para transmitir aos estimados amigos e clientes o que foi a grande obra por eles realizada, [...]” (Fonte: folheto ao 75° aniversário, 1979).⁴⁰

Nas linhas do folheto só existe umas poucas citações em relação aos trabalhadores, sendo o sucesso da indústria reduzido a ação de seus “grandes líderes”, e tal constatação é importante para percebermos como as fontes escritas da cidade quase que esquecem completamente a força de trabalho, a maioria das pessoas da cidade e como para os diretores da MORAES este folheto era para homenagear a genealogia dona da indústria, no caso seus “inolvidáveis nomes”.

Entretanto, quando do 75° aniversário da MORAES S/A em 1976, o ciclo industrial parnaibano já dava sinais de desintegração. Como expusemos anteriormente os recursos (como infraestrutura na figura de um porto, por exemplo) e o apoio financeiro do poder público eram maiores para Teresina, ou seja, convergiam de forma mais volumosa para capital do Estado. Esta

³⁹ Entrevista concedida por João Viana, citada por: JÚNIOR, José de Ribamar dos Santos. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Souza, et al (org.). **Fragmentos históricos**. Ed. Parnaíba: Sieart, 2005.

⁴⁰ Sobre o histórico da MORAES S/A desde sua fundação ainda em sociedade, até 1976, ver: Anexos.

conjuntura estatal, fora os últimos estertores do chamado “milagre econômico” nacional, davam a entender que a Parnaíba industrial estava entrando em sua fase de refluxo.

Assim noticia o Jornal Inovação: “Parnaibanos, devemos incrementar nossa luta nas mais variadas formas para que o DISTRITO INDUSTRIAL DE PARNAÍBA seja uma realidade. Nossa cidade precisa se desenvolver industrialmente”.⁴¹ O que podemos perceber com a leitura desta edição do jornal é que alguns setores, sobretudo os progressivos (aqueles no mínimo ligados aos setores industriais ou simpatizantes vendo na industrialização o desenvolvimento da cidade) objetivavam criar um distrito industrial na cidade.

Na época a federação das indústrias era presidida por Jozias Moraes, nome influente neste projeto de fortalecimento industrialização local e da própria MORAES S/A. No final dos anos 1970 a cidade passava por essa expectativa da criação de distrito industrial que iria elevar a cidade (quando muito se concretizado só levaria a um aumento do capital de pequenos grupos) ao patamar do centro industrial do estado, onde em Teresina a industrialização era mais desenvolvida.

O aumento do número e a criação de empregos era uma esperança com a criação deste distrito industrial, ainda segundo o Jornal Inovação:

Parnaíba possui cursos profissionalizantes de 2º grau e Técnicos, o SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial poderá promover além dos cursos já existentes a formação de mão-de-obra especializada dirigidas às necessidades das empresas a serem instaladas; [...] (INOVAÇÃO, 6 de Abril de 1978).

Tratava-se de outros setores, como o educacional, para ampliar a adequação das demandas das empresas que poderiam vir a se instalar, Parnaíba deveria ampliar suas atividades econômicas a partir deste distrito industrial, pois aqui a industrialização se converteria em benefícios sociais, entretanto, até quando podemos mensurar o real impacto de um distrito, para além da intensificação da exploração da mão-de-obra dos parnaibanos, visto que em nossa perspectiva, os avanços das relações de produção capitalista trazem um correlato e indissociável aumento de capital para uma classe em

⁴¹ Jornal **Inovação**, 6 de Abril de 1978, p. 2.

detrimento da expropriação dos meios de produção e de um recebimento de um salário mínimo para a outra, no caso para a classe operária, é uma questão a ser pensada.

2.3 Associações mutualistas e organizações sindicais em Parnaíba em meados do século XX

Para além e conjuntamente a estes processos descritos, devemos perceber e analisar algumas associações e organizações de trabalhadores que se inserem no que descrevemos anteriormente. Em primeiro lugar “[...] é importante superar o mito da recuperação absoluta da ‘história operária’, ou de sua reconstrução heroico-contínua, cronológica e integral” (HARDMAM, 2002, p. 41).

O fazer-se do operariado de Parnaíba foi um tanto demorado se comparado à região Sudeste, e suas primeiras associações de classe provam que as classes trabalhadoras de Parnaíba ainda estavam imbuídas de uma concepção mutualista, não provocando conflitos de maior vulto na sociedade de classes.

Na altura da década de 1940 existiam algumas associações de classe, com ênfase maior em uma organização de ajuda mútua do que com caráter mais combativo, radical. Dentre essas associações se destacavam:

O Centro Operário Beneficente Parnaibano, fundado nesta cidade, a 7 de Setembro de 1927, é uma instituição de honra ao operariado local. Pelo sentido associativo do empreendimento. Pela exata compreensão da solidariedade de classe. Pelo espírito fraternal que conduz a associação.⁴²

Existia ainda O Círculo Proletário S. José que:

[...] foi idealizado, organizado e finalmente, fundado nesta cidade, a 12 de Maio de 1943, [...]. Sua fundação, em sessão solene, teve lugar no salão da sala paroquial, posto a disposição da sociedade por Monsenhor Roberto Lopes grande benfeitor da instituição. [...] O círculo proletário S. José é instituição beneficente e de amplos afins de assistência aos seus associados. Sociedade de belo futuro, do círculo proletário S. José é lícito que se espere grandes serviços ao

⁴² Fonte: **Livro do Centenário da Parnaíba**, 1944, p. 211.

proletariado parnaibano, principalmente a infância operária, merecedora de atenção e desvelo.⁴³

Como já afirmaram alguns autores (HARDMAN, 1982; BATALHA, 2000; REZENDE, 1994), as associações deste tipo, com uma ideologia de “conciliação entre as classes”, além da notável influência religiosa e do seu atrelamento aos patrões, dificilmente conseguiriam as mudanças e que as reivindicações proletárias fossem atendidas, devido a certo pacifismo (além de sua recusa da greve⁴⁴ como forma de reivindicação por parte dos trabalhadores) e sua submissão ao patronato.

Existiam também neste período, além de Institutos e Associações profissionais, algumas organizações sindicais, tais como:

Sindicato dos Oficiais de Máquinas, dos motoristas e dos condutores em Transportes fluviais (Fundado em 12 de Julho de 1941 – Associados inscritos: 67), Sindicato dos Contramestres, Marinheiros, Moços e Remadores em Transportes fluviais no Estado do Piauí (Fundado em 22 de Julho de 1941 – Associados inscritos: 920), Sindicato dos Foguistas em Transportes fluviais no Estado do Piauí (Fundado em 21 de Julho de 1941 – Associados inscritos: 145), Sindicato dos práticos, Arrais e Mestres de cabotagem (Fundado em 22 de Julho de 1941 – Associados inscritos: 124), Sindicato dos estivadores do Estado do Piauí (Fundado em 22 de Julho de 1941 – Associados inscritos: 130), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Parnaíba (Fundado em 22 de Agosto de 1942 – Associados inscritos: 1.123), Sindicato do Comércio Atacadista no Estado do Piauí (Fundado em 14 de Março de 1942 – Associados inscritos: 21) e o Sindicato dos Empregados do Comércio de Parnaíba (Fundado em 16 de Outubro de 1943 – Associados inscritos: 278).⁴⁵

Apesar do expressivo número de sindicatos e de associações de cunho mutualista, não devemos esquecer-nos do contexto nacional, após 1937, e, sobretudo depois da promulgação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) em 1943, que o sindicalismo perdeu em muito a combatividade e a independência frente ao Estado que detinha antes de meados da década de 1930 (ANTUNES, 2003).

⁴³ Fonte: **Livro do Centenário da Parnaíba**, 1944, p. 213, 214.

⁴⁴ Ver: Op. Cit, 1982.

⁴⁵ Fonte: **Livro do Centenário da Parnaíba**, 1944, p. 242, 243.

“Antes do padrão estatal do sindicato único por categoria se impusesse no pós-1930, era bastante heterogêneo o quadro sindical e associativo dos trabalhadores no Brasil” (HARDMAN, 2002, p. 42). E além de heterogêneo era, sobretudo combativo, sendo então a chamada “cooptação da classe trabalhadora pós-1937” (REZENDE, 1994) ser uma ideia que deve ser problematizada e não deve ser visto como fator determinante e totalizante. Pois temos que ter em mente que a “cooptação” pós 1937 não foi um processo novo, já precedia o período Vargas.

Todavia, o padrão mutualista de organização dos trabalhadores em Parnaíba neste período se mostra como uma padronização submissa por parte dos sindicatos, com forte presença dos patrões e de religiosos nestas instituições, que sem dúvida não objetivavam mudanças sociais abruptas, menos ainda revolucionárias (não que elas deveriam ser).

E ao analisarmos fontes como o Livro do Centenário que contém informações sobre o comportamento e as organizações dos trabalhadores, somos levados a vê-lo como majoritariamente conservador, com trabalhadores conformados e disciplinados (sem generalizações).

Ao mesmo tempo em que ressurgiam as lutas sindicais após os anos do Estado Novo pelo restante do país, tendo em vista entre outros fatores que “no início dos anos 50, sob o último governo de Vargas, o movimento sindical atingiu novamente grande dimensão” (ANTUNES, 2003, p. 53), em Parnaíba e setores de sua classe trabalhadora estavam aparentemente isolados deste contexto.

Entre os anos 1950-60 o perfil manteve-se com algumas alterações, muitas associações mutualistas findaram-se e o sindicalismo, com características moderadas se comparadas ao contexto nacional se torna hegemônico, a maior parte dos sindicatos na cidade e o da MORAES S/A em particular por esta época se organizou de forma mais sistemática, o que não indica que os trabalhadores (pelo menos os da Moraes) se organizaram conjuntamente, pois como veremos nem todos eram engajados na luta sindical, tendo até mesmo descrédito e suspeita de sua eficácia em relação às demandas dos operários.

2.4 Experiências sindicais de alguns operários da MORAES S/A nos anos 1970 e 1980

O contexto sindical dos anos 1970 no Brasil é o do chamado “Novo Sindicalismo”, onde após o abatimento (mas não complacência) sobre o movimento sindical brasileiro do golpe civil-militar de 1964, as associações sindicais, principalmente na região do ABC paulista, assumiram uma forma combativa e enérgica contra a ditadura e contra as condições a que os trabalhadores urbanos eram sujeitos.

Ao investigar os movimentos sociais no Piauí, Antonio José Medeiros, em artigo numa coletânea organizada por Raimundo Nonato Santana (já citada), concluiu que: “O movimento sindical urbano no Piauí, precisou praticamente se refazer, pois foi tutelado e neutralizado durante o período autoritário” (SANTANA, 1995, p. 181).⁴⁶ O autor constata esta tutela estatal como algo não original (já havia ocorrido no período Vargas) e como um processo onde “[...], o regime militar consegue combinar modernização com traços arcaicos de nossa formação social” (SANTANA, 1995, p. 177), (sublinho do autor).

O que nos ajuda a compreender como era difícil, no período em estudo, a organização sindical piauiense. Não dispomos de fontes que indiquem onde poderíamos datar início do sindicato (no caso, sua fundação oficial) da MORAES S/A, outras informações da relação dos trabalhadores com os sindicatos foram encontradas em relatos orais de ex-operários para perceber qual era a relação destes trabalhadores com as organizações sindicais que diziam que representavam seus interesses.

Serão citados alguns trechos de falas, do ex-operário João Pedro dos Santos Amaral, hoje com 67 anos, conhecido como seu “Joãozinho” como indica que prefere ser chamado. Nascido no interior do Ceará, advindo de uma família rural, seu João mora em Parnaíba desde 1969. Trabalhou em diversos ofícios na cidade, como pedreiro, carpinteiro e eletricitista. Seu Joãozinho trabalhou como operário na MORAES S/A entre 1977 e 1979. Experiência

⁴⁶ Ver: Capítulo VII MOVIMENTOS SOCIAIS. In: Op. Cit, 1995. p. 159-184.

segundo o mesmo “muito boa”, positiva. A entrevista foi realizada em sua residência.

M.C. Existia sindicato (s)?⁴⁷

Sr. J.P: “Meu filho tinha sim, e eles do sindicato se reunia por quinzena sabe, a cada quinze dia mais ou menos eles se reuniam, tinha um lugar onde eles se reuniam, eu fui algumas vezes, mas como tinha que pagar pra ser do sindicato... ser filiado sabe? Eu não cheguei a participar por muito tempo, até porque me diziam que isso podia causar confusão sabe, porque uns de lá viviam falando de fazer greve, e o patrão... não gostava muito deles também, mas ele também de vez por outra aparecia lá de surpresa pra ver o que eles tavam dizendo por lá... Muita gente dizia também que esse negócio de sindicato era uma coisa que a polícia vivia de olho... Mais eles tinham um grupo que já era como se fosse os chefe do sindicato e eles cobravam sim algumas coisas, principalmente as horas extra que eles não pagavam as vezes sabe... Se eu não me engano, já tinha mais de vinte ano que existia o sindicato da MORAES, mas só depois de uns cinco anos... dizia o pessoal de lá mesmo... é que eles começaram as atividades deles sabe... Eu cheguei a ir quase um ano, o ano de 1978 foi o que eu fui mais, mas depois eu deixei de mão, porque não via futuro em ser do sindicato, e os que não participavam diziam que eles só queriam o dinheiro da gente, mas eles iam, alguns né, pra Teresina de vez em quando pra se reunir com os outro sindicato, era como se tivesse um sindicato maior que eles participavam lá [...].”⁴⁸

A entrevista concedida por seu Joãozinho citada acima é rica em significados históricos; quando pensamos sobre a organização sindical parnaibana nos anos 1970-1980, como já dito, o cerceamento do sistema ditatorial foi péssimo para a organização dos trabalhadores, que nessa perspectiva teve que nascer de novo. O que podemos perceber na entrevista de seu João é a de um homem que não creditava à organização sindical muita relevância.

E segundo ele “*esse negócio de sindicato era uma coisa que a polícia vivia de olho*”, ou seja, a percepção que ele tinha do sindicato era que este era uma instituição que poderia colocá-lo em perigo, visto que o sustento da família mediante seu emprego era mais importante do que reclamar sobre algumas horas extras não pagas.

⁴⁷ A Sigla “M.C” refere-se a meu nome (Messias Cardozo) e naturalmente que a sigla a baixo refere-se às iniciais do entrevistado.

⁴⁸ Entrevista concedida por João Pedro dos Santos Amaral à Messias Araujo Cardozo em: 11 de Agosto de 2015.

Podemos perceber como havia certo descrédito dos operários da MORAES S/A nessa época em relação a seu próprio sindicato, visto que de acordo com seu João muitos “*que não participavam diziam que eles só queriam o dinheiro da gente*”, entretanto o descrédito não era natural, visto que para além do contexto nacional de puro cerceamento e perseguição em relação às organizações sindicais (principalmente os sindicatos com ideologia de esquerda) havia uma sinalização nada amistosa de alerta do patrão para com o sindicato “*até porque me diziam que isso podia causar confusão sabe, porque uns de lá viviam falando de fazer greve, e o patrão... não gostava muito deles também*”.

Por esse período, o chamado “Novo Sindicalismo”, na perspectiva de uma atuação mais ousada frente às instâncias políticas nacionais, aparecia com significativa força, entretanto sua atuação era maior na região do eixo Rio-São Paulo.⁴⁹ Neste sentido, o sindicato da MORAES S/A no contexto 1970/80 estava aquém do que se passava no contexto nacional. O que não quer dizer que a experiência do sindicato em questão foi inexpressiva e de todo desarticulada (e em absoluto, não é isto que o trabalho afirma ou busca afirmar).

M. C. Qual foi sua relação com o mesmo?

Sr. J.P: “Como eu lhe disse... muita gente dizia que eles eram um bando de desocupado, mas eu gostava do que eles falavam, já que eu não terminei os estudo, mas eles me deixavam falar livremente lá, sobre como era que eu queria que fosse [...] pra melhorar nossa situação sabe [...] Eu sempre falava das horas extra [...] Eles se reuniam também com os pessoal dos outro sindicato, os sindicato dos estivador, dos pedreiro, dos que trabalhavam nos comércio [...] eram uns pessoal que eu não conhecia sabe? Mas eles falavam bem e já se conheciam entre eles. Eles falavam que era pra gente se organizar, porque no Maranhão e no Ceará os sindicatos tavam mais a frente do que nós, nessas questão de lutar pelos direitos da gente entende? Mas como eu lhe disse, meu filho, ser de sindicato naquela época não era boa coisa, uns até ia parar na delegacia...”

Interessante e ambígua é esta afirmação de seu João: “*eles eram um bando de desocupado, mas eu gostava do que eles falavam*”; percebemos

⁴⁹ Ver o trabalho de Eder Sader sobre os trabalhadores de São Paulo nos anos 1970-80. Op. Cit, 1988.

neste trecho que para seu João o sindicato era importante, entretanto as opiniões eram muito contraditórias, como já dissemos, as organizações da sociedade civil parnaibana no sentido de sua atuação política de massa se constituem na tradicionalidade, ou seja, no sentimento de que as lutas mais radicais não são produtivas. O que percebemos no transcorrer todo da entrevista, e principalmente quando falamos do sindicato da MORAES S/A, era certo receio, visto que parecia que ser sindicalista em Parnaíba na época poderia causar problemas, ainda que minimamente reivindicar e lutar contra as arbitrariedades tanto dos patrões como do Estado.

É muito significativo o trecho em que diz que: *“eles falavam que era pra gente se organizar, porque no Maranhão e no Ceará os sindicatos tavam mais à frente do que nós, nessas questões de lutar pelos direitos da gente, entende?”* Significativo quando pensamos nas articulações sindicais parnaibanas no período. Apoiando-se apenas na fonte oral, isso não nos permite dizer que os sindicatos do período na cidade eram “atrasados”; mas a fala de seu João nos mostra que, pelo menos a perspectiva do sindicato da MORAES S/A na época era que a organização deveria se engajar na união sindical com outros mais avançados (como Maranhão e Ceará, segundo a entrevista).

Uma coisa é patente; o medo, principalmente de o que o sindicato poderia significar ser investigado, conseqüentemente perseguido, e no pior dos casos, o trabalhador ser preso (e obviamente a perda do emprego). Segundo seu João *“mas como eu lhe disse, meu filho, ser de sindicato naquela época não era boa coisa, uns até iam parar na delegacia [...]”* Esse trecho revela que alguns operários da MORAES S/A tinham um receio quanto a sindicalização, visto que o contexto era hostil, e o interesse deles em especial não era grande pelo sindicato.

Entre as possíveis queixas do operariado da MORAES S/A na época, seu João destaca a questão das horas extras. Na MORAES S/A se trabalhava no sistema de turnos, e o trabalho era longo. Segundo seu João quando ele tinha oportunidade (nas vezes que foi) de falar nas reuniões do sindicato *“eu sempre falava das horas extra... Eles se reuniam também com os pessoal dos outro sindicato, os sindicato dos estivador, dos pedreiro, dos que trabalhavam*

nos comércio.. eram uns pessoal que eu não conhecia sabe?”. O resultado disto: ele foi demitido, e não lhe foi pago suas horas extras.

Além do senhor João Pedro dos Santos Amaral, foi feito o contato com outro ex-operário, o senhor Marcos da Silva Cardoso, hoje com 70 anos de idade, e residente no Bairro Piauí. Morador da cidade desde o nascimento, tem o ensino fundamental completo e trabalhou na cidade em diversos ofícios, principalmente no setor da construção civil. Ele também nos falou sobre o sindicato da MORAES S/A nesta época, trabalhando na indústria entre 1978 e 1981. A entrevista foi realizada em seu domicílio. Questionado se havia sindicato, Marcos conta que:

Sr. M.C: “Quando eu trabalhei lá, existia sim o pessoal do sindicato, mas eu nunca me filiei, pois achava perda de tempo e não queria dar o meu dinheiro pra eles... Eles se reuniam uma ou era duas vezes por mês, naquela época eu passei um tempo morando ali no bairro da COROA e eles se reuniam por lá em uma casa... mas eles trocavam de lugar. Eu nunca vi futuro em sindicato, achava que era uma perda de tempo. Mas eles falavam bem, tinha uns que diziam que iam em Teresina, Fortaleza e que lá os operários eram mais com essa coisa de sindicato. Mas o Lula era de sindicato e olha o que ele fez né?... Quando eles falavam com a gente, que era mais lá fora porque na hora do serviço não é hora de muita conversa, eles falavam que tínhamos que nos organizar, mas na época eram poucos que eram do sindicato, e muitos não se preocupam com isso. Como eu lhe disse, achava que não levava a nada, mas às vezes eu acho que eles exploravam a gente mesmo, sabe... a questão é que um sindicato não iria poder fazer muito, pelo menos eu não via força neles pra isso na época [...]”⁵⁰

Novamente, o descrédito para com o sindicato fica notável, isso nos mostra que entre os operários da MORAES S/A na época existia certo receio, conjuntamente a desconfiança e a descrença no sindicato que em tese defendia seus interesses, na fala do senhor Marcos, vemos uma posição de suspeita frente ao discurso sindical, além do que segundo ele poucos faziam parte, o que sugere que a filiação sindical entre os operários em questão era diminuta, porém, reafirmamos que a organização sindical no período era cerceada no âmbito nacional, e sofreu no estado do Piauí (e conseqüentemente em Parnaíba) um forte abalo. Mas neste caso, notamos mais certa apoliticalização (sem generalizações) entre a classe operária da

⁵⁰ Entrevista concedida por Marcos da Silva Cardoso à Messias Araujo Cardozo em: 18 de Abril de 2015.

MORAES S/A no período, somada a desconfiança e a suspeita da sua eficácia concreta. Ainda segundo a entrevista com o senhor Marcos.

M. C. Qual sua relação com os mesmo?

Sr. M.C: “Minha relação era pouca, pois como já lhe disse eu não via futuro naquilo, mas cheguei a ver uma reunião deles... uma lá na COROA e umas que eles faziam de vez em quando em alguns lugares da cidade fui numa que era lá na praça da Graça, acho que fui em 1979. Lá tinha alguns operários, na vez que fui fiquei pouco, e fui depois foi beber com os amigos que também trabalhavam lá... Mas eles falavam de organizar as coisas pra gente não esquecer de que tínhamos nossos direitos, era uma conversa muita bonita, mas era só conversa mesmo, sabe [...]”

Poderíamos falar em completa “capitulação ideológica do proletariado parnaibano na época”? Em nossa perspectiva, não. Em vista que o intuito deste trabalho é falar sobre as experiências do operariado da MORAES S/A nestas décadas de 1970-80, sejam estas na perspectiva “revolucionária” ou “tradicionalista-conformista”. Entretanto, é patente certo desprezo e desconfiança para com o sindicato, visto que esta é uma organização muito importante na luta pelos direitos dos trabalhadores. O comodismo também não se aplica aqui, pelo menos não para nós, em virtude do fato de que segundo os próprios trabalhadores do período ser de sindicato não era um fator positivo, além da suspeita para com a sua finalidade quando da sua prerrogativa for ser o representante da classe.

Todavia, os entrevistados nos sugerem que existia certa paralização quanto ao movimento operário na cidade nesta época. Entretanto, é perceptível quando da realização das entrevistas um memória bastante tradicional e disciplinada destes colaboradores, o que nos permite dizer que para eles a época reproduzia-se a ideologia do trabalho como virtude, e da resignação como postura no ambiente fabril.

E com a relação ao seu sindicato, não podemos dizer que a aversão ou suspeita era de toda a classe operária em questão, até mesmo porque eles mesmos nos contaram que existiam sim, operários filiados ao sindicato e que os mesmo se reuniam com certa regularidade. Devemos pontuar que a pesquisa não visa falar por toda a classe em questão, apenas analisa a partir

de entrevistas realizadas com uma parte do operariado, o que torna o estudo bem circunscrito.

CAPÍTULO III

Operários da MORAES S/A nos anos 1970-80: experiências, cultura e memória operária

“Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível”

Michel Foucault

3.1 O contexto da classe operária brasileira nos anos 1970-80: rearticulação e mobilização

Sobre as falas dos entrevistados apresentadas no segundo capítulo, interpretações apressadas podem levar a pensarmos em comodismo ou indiferença frente à rearticulação da luta operária no país (SADER, 1988), o que nos levaria a pensar dos operários em estudo como acomodados, porém, antes de considerações antecipadas, é necessário vincular as falas destes operários que nos sugerem certo conservadorismo e disciplina a um contexto mais amplo, pois será que todos os operários no restante do país, mesmo tendo em vista o período de regime militar que claramente cerceou o movimento operário, estavam tão estreitamente vinculados ao comodismo?

Para nós a resposta só pode ser negativa, e é isto que endossa nossa afirmação (óbvio que claramente também emerge das falas dos entrevistados) de disciplina e até apatia política frente às demandas de rearticulação da classe operária em prol de suas lutas. Neste caso a comparação (que faremos a seguir) com o contexto mais amplo serve para perceber como os operários em questão estavam à parte do que acontecia e para com outras atitudes bem mais contestadoras dos operários de outros centros.

E até quando a ausência de uma rede de comunicações entre eles pode ser fator deste distanciamento, além da já dita ausência de movimentos com formulações radicais da classe trabalhadora em Parnaíba, são questões que também devem ser levadas em consideração. Todavia, a questão é que as falas dos operários sugerem o contrário, visto que alguns deles tinham consciência da ditadura política que viviam, dos problemas sociais advindos da pouca remuneração e que eles eram ligados uns aos outros não apenas pelo

laço fabril que os unia, mas também por uma rede de sociabilidades. Assim, o conservadorismo era uma peculiaridade, quando comparado ao contexto amplo.

Peculiaridades à parte, o que podemos perceber é que pelo menos no eixo Sul-Sudeste do país, a partir de 1968, “após a ruptura causada pelo Golpe de 1964 reiniciou-se lentamente a luta operária, desta feita contra as danosas consequências oriundas do arrocho salarial” (ANTUNES, 2013, p. 60), com as greves em Contagem e em Osasco, sinônimos da rearticulação e da mobilização do operariado.

Os anos 1970 foram anos difíceis para a classe operária brasileira; além da legislação antigrevista, o arrocho salarial abatia-se sobre o operariado, provocando insatisfação e revoltas, porém estas se davam isoladamente, nas chamadas táticas de “operação tartaruga” que era a mobilização dos trabalhadores em relação à produção, no caso reduzindo-a ao máximo que podiam, trabalhando devagar com vistas a forçar os patrões a negociar a questão salarial (ANTUNES, 2013; REZENDE, 1994).

Em fins da década de 1970 o arrocho salarial, além da repressão mais atenta e antecipada (para impedir futuras greves) perpetrada pelo regime militar principalmente após as greves de 1968, chegou a níveis insuportáveis⁵¹, reverberando em greves de grande vulto e contando com o apoio de outros setores sociais que também sofriam com “os reflexos do milagre”, que resultava na crescente proletarização de alguns setores da classe média, os chamados profissionais liberais (médicos, advogados, funcionários públicos) (ANTUNES, 2013).

Dito isto, os anos 1980 para a classe trabalhadora já se iniciam sob outra atmosfera; os curtos-circuitos na sociedade disciplinar ditatorial já eram mais evidentes, e as grandes greves de 1978-9 na região do ABC paulista⁵² denotavam que o operariado estava de volta à cena política, coisa que eles nunca estiveram ausentes, pois “esses acontecimentos todos produziram um

⁵¹ “São claras as palavras de Luís Inácio da Silva, o Lula: ‘O arrocho salarial fez com que a classe trabalhadora brasileira, após muitos anos de repressão, fizesse o que qualquer classe trabalhadora do mundo faria: negar sua força de trabalho às empresas’” (ANTUNES, 2013, p. 64).

⁵² “No ano de 1979 aquela onda grevista atingira seu auge, estendendo-se pelas mais diversas categorias e por todo o território nacional. Mas, também, durante esse ano, o governo se preparou para contê-la” (SADER, 1988, p. 308).

flagrante contraste com uma imagem bem estabelecida sobre os trabalhadores” (SADER, 1988, p. 30), a imagem da apatia e do consentimento.

Nos anos 1980 ainda emergiram a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a CGT (Confederação ou Central Geral dos Trabalhadores)⁵³, que divergências a parte, como certo peleguismo⁵⁴ da CGT e radicalismo e posterior absorção na estrutura estatal para a CUT (ANTUNES, 2013), representam um novo tempo para os trabalhadores, era a época do chamado “novo sindicalismo”, novo não apenas na nomenclatura, mas por sua postura menos conservadora e mais contestatória, buscando pela base o apoio necessário frente às demandas da classe trabalhadora.

Estas considerações nos levam visualizar os anos 1970-80 como décadas de ressurgimento e de rearticulação da classe operária enquanto classe que reivindica seus direitos e, sobretudo, age em prol de suas demandas, atuando em greves e na luta política, que neste contexto vislumbrava aglutinarem-se com outras movimentações para a redemocratização nacional.

Estas décadas são simbólicas para o operariado que renasce enquanto segmento social contestador e atuante, e apesar da ditadura ter cerceado em muito as ações da classe trabalhadora, e da operária em particular, nunca realmente saiu de cena, apenas foi sendo deslocada (para a ilegalidade e ou marginalidade, por meio da supressão das liberdades civis do período) pela política social repressora do regime civil-militar; neste sentido as greves e motins de fábrica representam a rearticulação operária e a indignação dos operários, que objetos de superexploração de sua força de trabalho além do arrocho salarial que chegou a 34% neste período (ANTUNES, 2013), começaram a se reorganizar e sistematicamente atuar para a mudança de sua condição social.

Isto nos permite dizer que em nível de Sul-Sudeste, onde desde os primórdios da industrialização concentra a maior parte do operariado, nos anos 1970-80, a classe operária estava combativa e atuante, e que o contexto era de

⁵³ “A década de 80 vivenciou, também a eclosão de amplos movimentos grevistas, as greves gerais, que objetivavam exprimir a rebeldia dos trabalhadores à política ditatorial e de superexploração do trabalho” (ANTUNES, 2013, p. 71).

⁵⁴ O termo “pelego” aqui, se refere ao tipo de organização (sindical ou afim) que no que concerne às lutas dos trabalhadores (greves, motins e etc.) tendem a se posicionar ao lado dos poderes instituídos (Estado e patronato).

rearticulação, remobilização operária e de agudização da luta de classes, sugerindo que o movimento operário apontava com grande força e poderia somar com grande valentia frente às demandas de grande importância para a sociedade brasileira em geral, no caso para a redemocratização. Os operários entraram de novo na cena política brasileira (SADER, 1988).

3.2 Para além da fábrica: lazer e solidariedade entre os operários da MORAES S/A nos anos 1970-80

O lazer é uma forma de distração e de fortalecimento dos laços sociais; tal afirmação é perfeitamente articulável quando da análise sobre as formas de sociabilidades desenvolvidas pelos operários da MORAES S/A no período, e neste sentido, diagnosticamos dois eixos: *o bar* e *a Igreja* (católica).

O *bar* é um espaço onde o trabalhador se sente a vontade⁵⁵, é um espaço para além da fábrica, é a negação do recinto laboral. Elencamos o bar em virtude de que três entrevistados (dentre os cinco) nos indicaram este local como o lugar onde eles se relacionavam neste período.

O nosso colaborador, senhor João Pedro, nos indica que:

Rapaz, tinha um bar do seu Zé.. que a gente ia tomar umas, sabe... eu bebo desde de novo, parei mais agora por causa da saúde.. mas tinha dois bar que os que trabalhavam lá na MORAES iam, era ali pela Coroa sabe?... Lá era bom, a gente se divertia junto, a turma quando trocava sabe, a gente descia pra lá... era bom porque a gente mal se falava quando tava lá no MORAES, mas lá no bar era bom... O seu Zé vendia fiado e eram pouca as brigas porque era só nós mesmo, sabe? Só quando um ou outro bebiam era que tinha essas coisa. Lá no seu Zezim... que era como a gente chamava o seu José, os pessoal do sindicato também apareciam, eles pagavam umas pinga às vezes pra nós.. mas a maioria deles não bebia, só ia pra conversar sobre o trabalho... Tinha um amigo meu que já até morreu (o cumpade Nonato) que era o mais brincalhão, era um cachaceiro mermo, mas no outro dia tava lá no serviço, era homem de coragem, não sabe? Tinha também o Marcos, que a gente só chamava de Oliveira, que era quem organizava também uns jogo de bola, futebol né?... Mas eu não ia não, mas só ouvia as histórias dos jogos que eles jogavam apostado, né?... Lá no bar a gente meio que esquecia a rotina assim lá do serviço, não sabe, meu filho... Era o lugar onde a

⁵⁵ “Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se senti fora de si” (MARX, 2001, p. 114).

gente conversava sobre as nossas coisas, sobre a vida na cidade, às vezes a gente se encontrava lá na igreja.. aquela da São Sebastião, pedir força, né... Mas era no bar do seu Zezim que a gente se sentia à vontade mesmo... eu saia de lá cedo.. lá pelas 10 da noite, mas eles ficam lá até tarde, os que moravam mais perto, né...⁵⁶

Nos bares como o do “seu Zezim”, os operários costumavam contar suas angústias e infortúnios, mas o local servia, sobretudo, para socializarem as experiências de vida, o espaço do bar era o espaço anti-fábrica, no sentido do não-trabalho, do divertimento e do não-esforço, isto é evidente quando o colaborador afirma que “*Mas era no bar do seu Zezim que a gente se sentia a vontade mesmo*”. O bar é historicamente um local do trabalhador, onde na folga ele diverte-se.

E pelos bares da cidade, estes operários viviam o que a fábrica não poderia lhes oferecer: momentos agradáveis, e o que nos é patente, a partir das falas dos entrevistados é o quanto a fábrica se assemelha a prisão sem condenação formal, era o espaço anti-lazer. O álcool, “companhia miserável” onde o trabalhador se afundava para negar sua condição proletária (ENGELS, 2010), era para eles o líquido que ativava as sensações de agradabilidade, gozo e *sensação de liberdade*, o alcoolismo, principalmente para o anarquismo (HARDMAN, 2002) e para Trotsky⁵⁷, era uma lástima que devia ser veementemente combativa, visto que contribuía para a perpetuação da alienação do trabalhador, o que o tornava mais mesquinho e incapaz de somar na luta revolucionária para sua emancipação.

O bar era o espaço que correspondia ao prazer carnal imediato, era para eles um espaço de onde se poderia reativar as forças, para a jornada de trabalho que lse reiniciaria tão logo chegasse a segunda-feira. O mais importante é que este espaço é o diametralmente oposto ao espaço fabril, onde se trabalhava arduamente e com um salário miserável, percebido como um

⁵⁶ Entrevista concedida por João Pedro dos Santos Amaral à Messias Araujo Cardozo em 11 de Agosto de 2015.

⁵⁷ Referimo-nos a Leon Trotsky (1879-1940) revolucionário russo. Sobre isto ver: “Trotsky: a vodka, a igreja e o cinematógrafo” In: Op. Cit, HARDMAN (2002), onde Trotsky afirma que é necessário “Desenvolver, reforçar e organizar, levar a contento a política antialcoólica [...]. Neste ponto, nenhuma concessão é possível” (HARDMAN, 2002, p. 227).

espaço do desconforto, do não-lazer e que lhes garantia a mera manutenção de suas existências⁵⁸ enquanto pessoas humildes.

Sobre este espaço, citamos o colaborador Eduardo Sampaio Araujo de Melo, ex-operário da MORAES entre 1976 e 1982, que chegou a participar do sindicato, porém segundo ele “não teve muita sorte”. O senhor Eduardo é hoje aposentado pelo sindicato dos trabalhadores rurais, visto que após sua passagem pela MORAES voltou ao campo. Ele hoje tem 69 anos, vive no Bairro do Carmo. A entrevista foi realizada em sua residência:

Sobre o nosso jeito de se divertir, era pros bares que a gente ia muito, né [...] tinha alguns perto da MORAES, tinha dois que eu costumava ir, um era do “seu Zé Rico”, a gente chamava ele assim, pois vivia viajando... Tinha também o bar do Zezim onde a turma, principalmente os que trabalhava lá há mais tempo ia. Era muito bom sabe, o serviço era duro e tomar uma ou duas é sempre bom, num sabe. Nunca cheguei a presenciar nenhuma confusão, sabe, era nós mesmo que se resolvia na conversa, quando um ou outro tavam meio assim brigados, sabe, lá era outro lugar, lá na MORAES não dava pra ficar de muita conversa por causa do ritmo do serviço, fazendo sabão e no manejo da cera... Mas lá no bar é que era diferente, não sabe, dava pra achar muita graça, lembro que uma vez teve um que bebeu tanto que disse que não ia mais voltar pra fábrica. Era um lugar onde eu gostava de ir... mas minha mulher reclamava quando eu chegava tarde [...].⁵⁹

Assim, “[...] lá era outro lugar sabe, era diferente [...]” como podemos traduzir esta diferença? Pensamos na perspectiva de uma oposição, e esta manifesta em relação ao espaço fabril, que para nós era por eles concebido como o local puro e simples de trabalho, e este se traduzia em manutenção de seu modo de existência, no sustento da família e lhes rendia a rubrica de “cidadãos”, ainda que dotados de uma postura disciplinada e até mesmo reacionária em relação a outros centros, como veremos mais adiante neste trabalho.

O lazer era uma atividade onde estes operários sistematizam sua busca pelo prazer, que se traduzia pelas doses tomadas, pelas risadas obtidas, pelas

⁵⁸ “O preço médio que se paga pelo trabalho assalariado é o mínimo de salário, ou seja, a soma dos meios de subsistência necessários para que o operário viva como operário” (MARX, ENGELS, 2010, p. 53).

⁵⁹ Entrevista concedida por Eduardo Sampaio Araujo Melo a Messias Araujo Cardozo em 22 de Setembro de 2015.

conversas efetuadas e pelos laços de afetividade reavivados a partir da prática de compartilhar o álcool.

Outro fato que nos foi perceptível foi que as mulheres eram excluídas deste espaço e para além de suas ocasionais críticas e oposições frente ao dinheiro que escorria pelo gargalo, ou seja, o protesto pelo gasto inútil (frente à demanda do sustento familiar, onde estas mulheres representam o chamado “matriarcado orçamentário”⁶⁰), elas se viam reclusas ao espaço doméstico, o bar representando então um espaço masculino, expressão de uma sexualização do espaço citadino, visto que o bar se associava ao consumo do álcool e a promiscuidade (PERROT, 1988, p. 209).

O outro colaborador que nos indicou o bar como o espaço onde estes trabalhadores socializavam suas experiências neste período foi o ex-operário Augusto Gomes de Castro Filho, senhor hoje aposentado, residente na cidade desde o seu ingresso na MORAES S/A em 1977, trabalhando na fábrica até o ano de 1981, quando começou a trabalhar na construção civil e por fim no comércio. Adveio de uma família rural do interior do Maranhão que veio para a cidade de Parnaíba no início da década de 1970. Casou-se aqui em 1974, sua esposa faleceu em 2007. A entrevista foi realizada em sua residência⁶¹.

Sobre o local que a gente se divertia... Assim íamos nos bares sabe, tinham alguns perto da COROA, e no São José mesmo perto da MORAES. Eu sempre fui de beber pouco, meu filho, eu ia mais pra conversar com os amigos, íamos muito, nós lá da MORAES, sabe, era um ponto de encontro. Pelo menos lá dava pra conversar, pois quando a gente tava nas Caldera não dava pra ficar papeando... Tinha música, era bom pra ver o tempo passar, costumavam ficar até tarde por lá, lotava mais no final de semana, mas alguns sempre tomavam uma dose antes de chegar em casa. Era um local onde a gente se divertia, a gente combinava pescaria... Era no bar onde a gente se sentia menos obrigado com as coisas do serviço.⁶²

⁶⁰ “O dia de pagamento, [...] é também um dia de confronto entre os sexos, onde a dona-de-casa se rebela contra sua tarefa impossível: sem o ‘tutu’, dar de comer à família. A administração do salário é, sem dúvida, uma difícil conquista das mulheres, resultado de uma luta cheia de ciladas, onde o patronato, cioso em favorecer um ‘bom’ uso do salário, por vezes estendeu às mulheres uma mão generosamente compassiva” (PERROT, p. 191, 192). Sobre o “matriarcado orçamentário” ver: PERROT, Op. Cit, 1988, p. 192.

⁶¹ Insistimos em pontuar o local da entrevista, pois este é um aspecto importante na história oral, visto que uma entrevista em um bar ou no local de trabalho reverbera numa fala distinta, para além do local o horário em si também influencia no ato de rememorar (THOMPSON, 1992), ainda sobre isto, existe uma relação entre a memória e o espaço (HALBWACHS, 2006).

⁶² Entrevista concedida por Augusto Gomes de Castro Filho à Messias Araujo Cardozo, em 05 de Outubro de 2015.

Ponto de encontro entre a liberdade (a sensação passageira e fugidia) e o operário, os bares para estes em questão era sinônimo de prazer, espaço negador da condição de trabalhador, do ser social que confina horas de sua existência a uma atividade repetitiva e onde sua remuneração lhe permitia apenas a sua manutenção enquanto trabalhador.

O que podemos abstrair destas falas é que o bar, enquanto espaço anti-fábrica, espaço de lazer, ponto de encontro e de partilha de experiências operárias, era também o lugar onde o trabalhador, “sendo ele mesmo”, poderia ter horas de divertimento frente à sua rotina.

Dialogando e articulando-se mais com a perspectiva Engelsiana⁶³, o lazer destes trabalhadores na sua ida ao bar pode ser entendido como o espaço onde estes trabalhadores inundavam-se no álcool, e o faziam com o intuito de negar a sua condição miserável; obviamente que era o espaço contrário e complementar, dialeticamente à fábrica, mas não deve ser visto de forma idílica, pois os relatos nos sugerem que eles não tinham condições de ocupar outros locais sociais (além da Igreja) da cidade, ou seja, o bar também os reduzia a um espaço onde o consumo do álcool era uma das formas de distração, e as conversas e trocas de experiências seriam o anexo ao eixo central, que seria o consumo da bebida alcoólica.

Isto nos leva a acreditar que a cidade de Parnaíba era uma cidade com espaços classistas, no sentido de “bares de elite” e “bares operários”, sem defender uma rígida divisão entre os espaços da cidade, as falas deles nos sugerem (que os bairros em questão (São José e “Coroa”) eram frequentados por parcelas significativas de trabalhadores no período, ou seja, os sujeitos sociais pertencentes às classes laboriosas.

Sendo seus componentes impelidos a estes espaços pela condição econômico-social a qual se viam imersos pela sua condição operária, havendo no mínimo uma cisão dos espaços de lazer. Mas também deve se levar em conta a faixa etária destes operários (alguns já adultos, chegamos aos dados sobre a idade deles através do questionário utilizado) que também é um marco definidor de ocupação espacial (pois a juventude pouco veria atratividade num

⁶³ Ver: Op. Cit, ENGELS, 2010.

bar repleto de operários, o que não nos permite dizer que estes não os frequentavam) e a localização destes bares, no caso muitos próximos à fábrica.

Outro dado relevante é que todos colaboradores se assumem atualmente como abstêmios, ou seja, não bebem mais álcool, sendo esta prática mais associada à sua juventude, quando da época da MORAES. Isto corrobora quando pensamos que o bar é um lugar do trabalhador. Tal afirmação nos leva a dois questionamentos: o porquê desta aparente redução quase que inexorável e como o álcool constitui-se como a figura quase que central da cultura deste operariado.

Ao que nos parece, longe de militância ou de conexão com os movimentos operários, os operários em questão da MORAES S/A nos anos 1970-80 eram chegados ao bar enquanto espaço anti-fábrica, espaço de lazer e que os faziam sentir-se livres da atividade laboral rotineira, diária e tomada como *te/los*⁶⁴ da existência humana (coisa de que falaremos mais adiante).

E esta comparação, no caso a defesa de uma não articulação deste segmento da sociedade parnaibana, não deve ser uma informação que nos permita dizer que eles se encontravam “alienados” em relação à sua posição histórica, apenas constatamos que na nossa perspectiva os sujeitos em questão se encontravam na condição de no mínimo indiferença ou conformismo frente as lutas operárias no contexto do período.

Isto nos deve ser um fio condutor que nos sugere como a sociedade de Parnaíba é avessa a movimentos sociais de massa, e estes operários, longe de segregados culturalmente, se veriam como a representação do conservadorismo cidadão. O que podemos perceber com esta prática cultural destes operários é que a condição operária em Parnaíba nos anos 1970-80 era avessa a sobressaltos na sociedade disciplinar, no sentido de greves, manifestações de insatisfações e motins de fábrica.

Outro local de sociabilidade diagnosticado pela pesquisa, onde estes operários frequentavam buscando refrigério e alento frente à vida é a *Igreja* e, neste caso, restringe-se ao catolicismo. A fé, expressada aqui na ida às procissões e nas missas entendemos como mais um dos aspectos que

⁶⁴ Sentido de “último e inexorável”, ideia de fluxo contínuo, linear rumo a um lugar pré-determinado. Concepção finalista e fatalista que pode ser em relação à existência individual como da história enquanto processo amplo.

denotam certo espírito moderado destes operários (entende-se por “espírito” nada de metafísico, mas sim como uma expressão de vontade de agir); como já ressaltamos, historicamente a cidade não tem uma cultura de movimentos sociais, e aqui entendemos “cidade” expressa em grupos que agem por meio de protestos, greves, motins etc. Então, esta forte religiosidade que poderemos vislumbrar é característica do povo da cidade, que em nosso entendimento historicamente experienciou as relações sociais como um todo harmônico, uma sociedade sem antagonismos de classes.⁶⁵

O ateísmo para os operários estava fora de cogitação, pois como já falamos, a esmagadora maioria dos colaboradores, com apenas uma exceção é proveniente do campo e a zona rural Nordestina tem como característica a forte religiosidade, e advindos deste universo patriarcal, católico e com uma tendência à naturalização das relações patrão/empregado, sendo o primeiro tomado como símbolo da hierarquia terrestre da *protestes divinas*, com a propriedade privada dos meios de produção naturalizada, era razoável que o comportamentos destes agora operários não diferenciassem muito do que já eram habituados em seu meio de origem e criação, esta totalmente vinculada ao universo religioso do catolicismo em particular.

Antes de citarmos as entrevistas, ainda cabe mais uma ressalva: o estilo de fé concentrada nas festividades. A característica deste excesso de religiosidade e fé católica que envolve estes operários é apenas aparente ao que sugere. Visto que seu comportamento, no caso o consumo do álcool, inclusive nas próprias festividades mesmo, revela que o ascetismo, marca básica do cristão que renuncia aos prazeres da carne pelos do espírito na figura do não consumo do álcool, tabaco e etc., não se processou entre eles, visto que apesar da religião, eles viviam como pessoas que não se eximiam de experimentá-los. Neste caso, as entrevistas nos sugerem um operariado religioso, até com algum excesso, mas não uma entidade religiosa devota.

Entretanto, esta religiosidade, para o pensamento de movimentações mais radicais que discutem até as hierarquias religiosas, fora pérfido para a

⁶⁵ A religiosidade aqui analisada é o catolicismo local. O que não quer dizer que em outros contextos e locais quaisquer religiosidades não se engajem nas lutas sociais e nem que o catolicismo seja em si um veículo de alienação do trabalhador. Movimentos como a Teologia da Libertação no Brasil na época da ditadura civil-militar, as próprias Revoluções Russa (1917) e Chinesa (1949) foram levadas a cabo por camponeses profundamente religiosos. Que fique claro que esta análise é circunscrita ao âmbito local.

classe operária em questão, se pensarmos (não que eles deveriam ter) na perspectiva de um pensamento laico, esquerdista e com vistas a movimentos sociais radicalizantes. E dizemos isto, mas ressaltando que não queremos imputá-los isto, até porque se deve levar em conta a origem e as circunstâncias sociais destes indivíduos, porém, para nós esta religiosidade no mínimo era inibidora de uma consciência de classe mais aguda e operante no sentido de greves e motins, por exemplo.

Segundo seu João Pedro, nosso colaborador, a religião é o principal e mais importante aspecto da vida, é vital para que “*o homem que trabalha crie um espírito de seguir em frente*”.

Olha, nossa religião era a católica, como ainda hoje eu sou, graças ao meu Senhor Jesus Cristo e a Nossa Senhora das Graças, meu filho que me protege, eu e minha família todinha. Quando nós trabalhava lá na MORAES a gente ia, todo mundo, pras procissão e pra missa também, missa era mas difícil mas vez por outra nós ia. Ia era muitos que trabalhavam lá [...]. Nas procissões era mais animado, num sabe? Alguns bebiam demais depois, tem sempre umas venda de pinga por perto que vendia e o povo compra mesmo, né... Eu acho que Deus... assim a religião não sabe, é importante demais pra que o homem que trabalha crie um espírito de seguir em frente, não sabe? O trabalhador só trabalha na terra que Deus dá pra ele, seja na terra, no serviço na fábrica, na enxada consertando uma coisa ou outra, é tudo dado por Deus, e os padres são homens de Deus, são os que nos diz as palavras dele não, sabe [...].⁶⁶

A religiosidade representa, neste caso, outro ponto de ancoragem do trabalhador frente à sua vida e aos problemas correspondentes à sua existência tanto no mundo do trabalho como nas outras instâncias. O que podemos perceber certamente é que a religiosidade aqui expressa corrobora com a visão naturalista do mundo do trabalho, onde este é concebido sem exploração, com caráter preexistente e atemporal para a classe trabalhadora, afinal se nasce e morre-se trabalhador, o que é positivo, visto que isto sustenta a ideia de que “a essencialidade do trabalhador” é sua honestidade, zelo moral, e, sobretudo sua pacacidade (naturalmente inexistente), alicerçada nesta ideia de que a sociedade é um todo sem fraturas de classe, e que o mundo do

⁶⁶ Entrevista concedida por João Pedro dos Santos Amaral à Messias Araujo Cardozo em 11 de Agosto de 2015.

trabalho é desta forma por vontade e desejo divino, sendo assim é inútil (ao que isto nos sugere) resistir à ordem social.

Outro de nossos colaboradores é o senhor Marcos, que para nós é um homem de convicções que flerta com uma direita moderada (um conservador no sentido de apegado a ordem tipicamente militar), mas que em assuntos de religião é tradicional, no sentido de católico convicto e fervoroso defensor da religião e até da inefabilidade do papa.

Segundo o ex-operário Marcos:

Olha, a minha religião desde que eu me entendo por gente é a católica, foi com fé em Deus e em Jesus e Nossa Senhora que eu tô vivo até hoje. Naquela época da MORAES que nós trabalhava lá fazendo sabão e no manejo com a cera era todo mundo católico. Rapaz, uma coisa é certa: o trabalhador só come aquilo que Deus dá pra ele de direito, que ele consegue trabalhando honestamente como homem que foi feito por Deus, rapaz. A gente naquele tempo costuma ir nas procissão, na missa... Eu acredito que o homem sem Deus, ele pode até ter muito dinheiro, mas sem a fé, se não seguir o que o Papa diz ele morre de nadar e não sai da praia.

Antes que analisemos esta entrevista, nos parece importante citar outra, que ilustra de forma clara como estes operários entendiam o mundo como um todo acabado, sem divisões de classe, onde *a exploração*, que era percebida, só que não se revertia em ações combativas como greves e motins *era entendida como intrínseca a ordem social em que Deus era o grande arquiteto* e este era sinônimo de religião católica: a correlação fé, deus e igreja católica é marca patente entre todos os nossos colaboradores.

Segundo outro colaborador da pesquisa, o senhor Armando Pereira dos Santos Neves, hoje um senhor de 76 anos, residente na cidade de Parnaíba desde seu nascimento, que trabalhou na MORAES S/A entre 1977 e 1983, era um operador de máquina, das máquinas que processam a carnaúba da fábrica. Católico convicto e até podemos dizer ardoroso, seu Armando é um homem de perfil sereno, calmo, mas quando a entrevista foi para este tema, ele foi enfático e de poucas e claras palavras. A entrevista foi realizada em sua residência e na companhia de sua esposa a senhora Leopoldina e de uma de suas netas, que se chama Renata.

Eu sempre trabalhei com povo temente a Deus, cidadão... Acredito na ordem que Deus pôs no mundo. Nossa religião era toda católica, tinha um ou dois crente lá na MORAES naquele tempo, mas eram uns poucos, sabe. Eu sempre superei meus problemas com muita fé em Jesus e participando das coisas da igreja junto com o padre, que é um homem de Deus. *Não existe homem que possa viver sem Deus.*⁶⁷

Estas duas entrevistas são mais incisivas no ponto em que defendemos neste trabalho, no caso do tradicionalismo cristão a que estes operários da MORAES S/A nos anos 1970-80 eram envolvidos. Para o senhor Marcos, sem Deus (em ambos os casos, como já constatamos, existe uma correlação entre Deus e Igreja) o homem “nada, nada e não sai da praia” e para o senhor Armando a existência humana sem Deus simplesmente não existe, é uma impossibilidade neste sentido quaisquer formas de ateísmo, ou de descrédito a figura de um criador divino.

Outro aspecto que pudemos constatar na pesquisa é que neste espaço de sociabilidade, as mulheres ganham alguma visibilidade, visto que no bar, como já observamos, não se encontravam (pelo menos as entrevistas não apontam a mulher, que talvez, se existisse frequência de alguma, esta não seria “honesta”, o que nos sugere que as mulheres deles não frequentam visto a “má fama” associada às mulheres de bar). E esta visibilidade é por ocasião principalmente das novenas, os operários ressaltavam este aspecto da religiosidade feminina expressa nestas ocasiões como a novena e a missa, domingo era dia destes operários de levarem suas companheiras e a família para a missa. E nos períodos de festividade católica, era uma programação constituinte da vida social destes operários no período.

Estes operários seriam “alienados”, poderia julgar algum escritor marxista (se abstêmio) ortodoxo, uma crítica fácil e sem levar em consideração a conjuntura histórica a que estes sujeitos estavam envoltos. Advindos muitos deles do universo rural (todos se reportaram que já residiram no campo em alguma fase da vida), nascidos muitos pelas décadas de 1950, como desejar uma consciência de classe revolucionária radical visto que eles não tiveram (à nossa análise) uma formação histórica que lhes permite tal?⁶⁸

⁶⁷ Entrevista concedida por Armando Pereira dos Santos Neves a Messias Araujo Cardozo em 03 de Setembro de 2015.

⁶⁸ Indubitavelmente que somos conscientes das lutas no Brasil e no exterior de ligas camponesas, de movimentos como MST e etc. E que revoluções na China (1949) e em Cuba

Ademais para nós apenas a experiência é formadora da consciência de classe, e não uma equação fábrica = classe, onde somente o fato da existência fabril já geraria espontânea e instantaneamente uma classe combativa (THOMPSON, 1988, p. 13). As classes são formadas tanto cultural como economicamente⁶⁹ e neste caso a cultura destes operários os unia em práticas culturais coletivas; estas, no entanto, não reverberaram em greves e nem motins, o que não desqualifica as experiências dos sujeitos, pelo contrário, reafirma a sociedade conservadora que Parnaíba historicamente é constituída.

Mesmo se encontrando no mesmo setor do processo produtivo, unidos economicamente pelo cordão umbilical proletário da fábrica MORAES S/A, estes operários, ao que nos sugere em suas atividades rotineiras e no lazer, pouco pensavam nos aspectos da resistência, aparentemente desconectados (relembramos que o parâmetro é meramente analítico) do contexto maior de luta proletária que faria os operários entrar de novo em cena nas décadas de 1970-80 (SADER, 1988), mas como buscamos demonstrar, havia uma visão naturalista das relações sociais, com uma visão da sociedade como um corpo unitário e sem divisões de classe e quando esta era visualizada, os antagonismos não eram vislumbrados na perspectiva de um movimento para suprimi-la.

O bar e a Igreja, que juntamente com o cinema eram para Trótski alvos que deveriam ser extirpados dos meios proletários, eram para estes trabalhadores de suma importância na vida social dos mesmos, visto que eram suas referências desde sua formação inicial no campo e notamos ainda que mesmo o “choque” da fábrica e até da própria cidade sobre eles não incidiu nos mesmos de forma tão brusca ao ponto dos mesmos saírem para protestar por suas condições de classe explorada violentamente pelas relações capitalistas.

Apesar de uma esparsa segregação dos espaços e de locais de sociabilidade (principalmente quando pensamos os bares) as classes não estavam “rigidamente separadas” por nenhuma espécie de muro econômico, pois na Igreja afinal, eles são (metafisicamente pelo menos) iguais, embora no mundo do trabalho os padrões obviamente se encontraram em uma posição

(1959) foram feitas com a participação grandiosa de camponeses religiosos. Ressaltamos novamente, que se trata de um estudo local circunscrito.

⁶⁹ “O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica” (THOMPSON, 1987, p. 17).

social dominante, neste sentido, o antagonismo era um dado natural para eles, visto que a sua experiência pré-existente ao universo da MORAES já os habituara a tal perspectiva social onde as classes não estavam em conflito, onde havia ausência de (à nossa análise) sentimento de antagonismo entre patrão e trabalhador e a relação entre eles era dotada de naturalidade condizente com a ordem divina.

3.3 Ideias políticas e conservadorismo entre os operários da MORAES S/A nos anos 1970-80: as redes de solidariedade

Os operários da MORAES S/A que entrevistamos, para *além do bar e da Igreja*, também tinham *ideias políticas* nos anos 1970-80, e cartografá-las não foi tarefa fácil e nem quando das entrevistas eles logo foram identificando suas “filiações ideológico-partidárias”. Assim, tivemos que reter fragmentos que nos sugerem suas consciências políticas, e de antemão podemos dizer que, em síntese, seus ideários políticos estão completamente alinhados ao conservadorismo político e até com flertes abertos à direita do período da ditadura.

Quando analisamos as entrevistas deles, existe uma coisa em relação à política que os unem: um saudosismo em relação a uma Parnaíba “da ordem” em vez de uma utopia da sociedade disciplinar⁷⁰, uma saudade de um período disciplinar e exemplar, não importa se sem voto e sem participação. A política parece para eles é algo longe, distante, a esfera de poder parece desvinculada da pequena realidade destes trabalhadores, todavia, os mesmos não se revoltaram contra tal (pelo menos não através de greves e protestos).

Assim como nas suas práticas culturais de lazer e no âmbito da religião, sobre estes operários caem uma enorme herança histórica advinda do campo. Como grande parte dos entrevistados veio das regiões do interior, onde a política é feita pelos “grandes” e a maior parte da população é impelida por uma série de mecanismos a apenas contemplar, quase como espectadores de um jogo em que são partícipes mínimos, não é de admirar que na cidade eles

⁷⁰ Alusão ao texto: RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar, Brasil 1890-1930**. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

fossem se comportar disciplinarmente em termos de política, sem radicalismos e sobressaltos.

Existem entre todos os entrevistados algumas linhas mestras de pensamento político-social; pudemos diagnosticar dois eixos que se adequam ao que denominamos como *pensamento social cristão*⁷¹ (o que infere na consciência e nas movimentações de classe, falaremos disto mais à frente). Estes eixos eram: *conservadorismo* (com flertes e até defesas em relação à direita militar) e uma *ética teleológica da existência humana pelo ato do trabalho* (e este ser que trabalha é sinônimo e condição necessária para a cidadania, segundo o que nos sugerem suas falas).

Tal pensamento social cristão pode ser visualizado, na fala do senhor José Pedro, onde ele enfatiza que:

Política não é coisa que gente pobre tem que se meter não, só na hora de votar mesmo, certo. Eu nem votava naquela época... E era bom. O homem que trabalha faz parte da sociedade e todos somos iguais até porque Deus fez o homem igual, né verdade? Essa questão de poder deixar pra quem é *da política mermo, o homem que vive no seu serviço não tem que se meter nisso não*. Acho que por isso que naquela época as coisas andavam em ordem [...] ⁷² Grifo nosso.

Ainda neste sentido, uma entrevista é praticamente uma descrição conceitual do que denominamos aqui de pensamento social baseado no cristianismo católico, além de nela podemos vislumbrar alguma consciência da existência de uma classe para o indivíduo que fala. Segundo o colaborador Augusto Gomes:

Quem trabalha tem que ser obediente, se não perde o emprego ou prejudica o companheiro ali da labuta. *Nós que trabalhava na Moraes na época não tinham muito essa coisa de se envolver em política não*. O que faz do homem um cidadão é seu serviço, seu trabalho. Com fé em Deus, meu filho, a gente segue, e deixa quem tá no poder fazer o que deve ser feito,

⁷¹ De acordo com o livro *Catecismo da Igreja Católica* esta ideia de solidariedade é visível: “Os problemas sócio-econômicos só podem ser resolvidos com o auxílio de todas as formas de solidariedade, solidariedade dos pobres entre si, dos ricos e dos pobres, dos trabalhadores entre si, dos empregadores e dos empregados na empresa, solidariedade entre as nações e entre os povos” (1993, p. 448).

⁷² Entrevista concedida por João Pedro dos Santos Amaral à Messias Araujo Cardozo em: 11 de Agosto de 2015.

nem sindicato nem nada tem que se meter nisso não [...] ⁷³ Grifo nosso.

Estas falas nos sugerem uma representação de uma classe apolítica, mas não devemos generalizar, obviamente, até porque como já falamos neste trabalho havia sindicato e indivíduos talvez mais radicalizados (até pelo seu envolvimento e conhecimento de outros centros com movimento operário mais desenvolvido).

O que desautoriza falarmos em “alienação”, visto que as peculiaridades dos trabalhadores de Parnaíba, no caso seu apoliticismo (que podemos comprovar pelo fato da existência de várias associações mutualistas nos anos 1940, quando estas em nível nacional já estavam praticamente extintas nos anos 1920) e as características dos operários em questão, no caso a forte religiosidade e sua origem camponesa são marcantes e influentes.

Em relação ao *conservadorismo* propriamente, as falas deles são nítidas. Existe entre a maioria dos entrevistados um aspecto de saudosismo pelo regime militar, que para eles é fortemente associado (umbilicalmente poderíamos dizer) com os signos de ordem, paz e segurança social.

Segundo o colaborador Eduardo Sampaio Araujo Melo, nesta época em que trabalhava na MORAES S/A:

A cidade era bem diferente. Íamos trabalhar cedo, chegávamos e quando um pouco atrasados já dava pra ouvir a sirene, é que *tocava uma sirene* ai quem tava por perto ia pro serviço, era um alerta não sabe... Na época era tudo tranquilo, tinham *tudo em ordem na cidade*. Quem governava o país eram os *militares*, não é verdade? Militar é homem de autoridade, *eram eles é que era pra governar o país inté hoje*, rapaz. Não esse bando de ladrão [...] ⁷⁴ Grifo nosso.

A sirene para nós ilustra como o cotidiano já estava impregnado na lógica disciplinar. Imaginem uma pequena massa de trabalhadores, que ao ouvirem a sirene se dirigiam todos para o serviço. E ainda segundo o colaborador, a sirene tocava para trocar as turmas (o serviço era efetuado por turmas que revezavam, trabalhava-se em alguns períodos diuturnamente, mas

⁷³ Entrevista concedida por Augusto Gomes de Castro Filho à Messias Araujo Cardozo, em 05 de Outubro de 2015.

⁷⁴ Entrevista concedida por Eduardo Sampaio Araujo Melo a Messias Araujo Cardozo em 22 de Setembro de 2015.

apenas em certos períodos da produção), a sirene tocava para a alimentação e podia ser ouvida nos arredores da fábrica.

Isto não pode ser correlacionado a ideia foucaultiana de uma sociedade disciplinar? Fazemos esta correlação, pois percebemos que está condizente, ou pelo menos serve na análise em questão. Esta ideia da disciplina no espaço fabril como garantidora da efetuação e da maximização do trabalho no capitalismo é expressa por Michel Foucault⁷⁵ em sua obra *Vigiar e Punir*, onde o autor diz que as disciplinas foram vitais para o sistema fabril (FOUCAULT, 1987).

Em nossa análise neste sentido, a aproximação com a direita política destes operários é só a exteriorização para um contexto mais amplo do disciplinarismo impregnado no cotidiano fabril. Mas neste ponto devemos novamente sustentar que pesava sobre eles o aspecto historicamente não combativo da classe trabalhadora parnaibana (que entre os operários em questão podemos ver claramente na suspeita e não crédito em relação à ação sindical, aspecto que já trabalhamos), além da origem rural que neste caso *não* produz “[...] uma rebeldia que se manifesta através de referências atuais da vida urbana” (SADER, 2001, p. 62).

Para finalizar esta parte do conservadorismo, julgamos pertinente citar uma fala de um dos nossos colaboradores onde é notável um profundo senso de ordem como sinônimo de ação estatal além da ideia da “conciliação entre as classes”, que é patente e vibrante, além da apologia à direita política e ao regime militar.

Segundo o ex-operário Augusto Gomes de Castro Filho:

A sociedade, meu filho só se conserva se o povo for unido... E tem que é ser unido mermo [...]. É assim que Deus quer e dá força pro trabalhador. Nessa época que eu trabalhei lá no manejo com a carnaúba lá na Moraes era um tempo bom, num sabe. Mas toda vida eu fui assim, eu acredito que política é coisa séria e tem que tá lá é gente de vergonha e *quem é mais sujeito de vergonha que um militar? Figueiredo era o presidente na época... Aquilo é que era homem, rapaz!* Depois assumiu o ladrão do Sarney [...]. O trabalhador com fé em Deus e com o governo de homem, meu filho, vai pra frente [...].

⁷⁵ Sobre a disciplina fabril em sentido estrito (e com clara influência do trabalho de Foucault) ver: PERROT, Op. Cit, 1988.

O que podemos perceber além do saudosismo a uma sociedade disciplinar⁷⁶ mais efetiva (visto que eles vêm na nossa perspectiva a atualidade e, por conseguinte a democracia como uma forma degenerada da vida política, mesmo que se sacrifique o direito de voto e etc.), é a confluência entre poder militar e segurança para o trabalhador. Neste caso o outro homem de farda, símbolo de masculinidade e poder, é associado à ideia de que os militares e sua ordem são o mundo exemplar, que se em nossa análise se adequaria as coordenadas culturais (no caso, pensamos aqui na religiosidade cristã) pré-existente quando eles eram camponeses, onde a ordem social era uma alusão a ordem espiritual (Deus no céu Figueiredo na terra).

O conservadorismo social destes operários não foi uma lógica externa, imposta e alienadora, mas subproduto de todo um arcabouço que já era existente antes da experiência fabril. Nasceram e se criaram imersos com a ideologia da naturalização da sociedade considerada um todo homogêneo e com uma ordenação atemporal, regida e expressando a vontade do bom Deus.

Mas não foi apenas o pensamento social cristão, o catolicismo e do uso do álcool⁷⁷ que singularizam os operários da MORAES nos anos 1970-80. Existia, e isto é patente entre todos os entrevistados, a consideração da atividade de trabalhar, como uma *ética teleológica da existência*.

No caso, sendo mais direto, eles consideravam o trabalho como o fim último da vida, o porquê de estarem vivos se devia ao fato de que estavam na terra para o trabalho, este seria o fim último, o telos da vida era o trabalho, era tornar-se um trabalhador, neste sentido *o desemprego é associado à desonra e à vergonha*, desonra por não ser um “bom trabalhador” no sentido da profissionalidade e vergonha por deixar a família “passar necessidade”.

Segundo o ex-operário João Pedro:

Nós nasce é pra trabalhar e não pra ficar por aí como ficam esses vagabundos. Olha meu filho, eu e meus oito irmãos fomos tudo nascido e criado trabalhando. Meu pai me ensinou que homem que não trabalhava que não coma! [...]. O homem de vergonha não deixa sua família ficar passando necessidade

⁷⁶ Sobre a ideia de sociedade disciplinar ver: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁷⁷ Afinal pelo caráter cansativo e, sobretudo pela monotonia da atividade laboral, assevera Friedrich Engels que: “O fato de os operários se embebedarem não pode espantar ninguém” (ENGELS, 2010, p. 164).

não. Quando eu trabalhava lá na Moraes eu não fiquei rico, não ganhava essas coisas, mas ter um serviço é melhor que nada não é meu filho? Não me diga que tô certo?⁷⁸ Grifo nosso.

O trabalho é visto como o fim último da vida, como a ética a que todos os homens “de vergonha” deveriam se sujeitar e aqui vergonha é sinônimo de não ser um trabalhador, que é correlato de cidadão, de filho de Deus e de um ser respeitável, este ponto: a respeitabilidade social a que o trabalhador é envolto é a característica maior que diagnosticamos nestas falas destes operários.

Segundo outro ex-operário, o senhor Marcos:

Viver sem trabalhar não é vida. Pra mim o homem que trabalha e se mal diz ou reclama o tempo todo é um infeliz que não tem medo dos castigo de Deus. Se tem um serviço que agradeça ao Pai... Quando eu trabalhei lá na Moraes eu não se reclamava não, todo serviço que eu fiz eu fiz porque eu sempre, toda vida fui homem trabalhador [...] ⁷⁹ Grifo nosso.

Ainda que não de forma mais sistemática e alongada, todos (sem exceção) dos nossos colaboradores em algum momento de suas falas se remeteram ao que chamamos neste trabalho de consideração do ato de trabalhar numa ética teleológica da existência o que se configura como uma adesão a um pensamento social de base cristã conservadora, para além da ideia de militância socialista (ou qualquer outro tipo), visto que alguns disseram: “trabalhador é cidadão”, outros disseram; “quem trabalha é porque é homem mesmo”, “eu desde sempre fui trabalhador” e a célebre: “*quem nasce e não trabalha é mesmo que não ser homem*” (expressa pelo senhor Armando) corroboram para nossa afirmação da ética em ser trabalhador, ser extremamente valorizada pelos operários da MORAES S/A no período, pode ser interpretada como um dos signos do pensamento social cristão entre os operários em questão.

Mas a que isto nos leva? A considerar estes operários como singularidades, indivíduos desvinculados da ideia de classe e apenas enquanto

⁷⁸ Entrevista concedida por João Pedro dos Santos Amaral à Messias Araujo Cardozo em: 11 de Agosto de 2015.

⁷⁹ Entrevista concedida por Marcos da Silva Cardoso à Messias Araujo Cardozo em: 18 de Abril de 2015.

classe quando expressam certa harmonia na visão política (conservadora) e na do fim da existência humana? Em nossa perspectiva não tão somente.

Apesar do já repetidamente dito, das heranças rurais, da não cultura histórica dos trabalhadores da cidade de greves e motins (de politização com vistas à polarização social), isto não desconsidera a ideia de nos reportamos a estes trabalhadores como classe. Afinal eles tinham sentimentos em comuns, tinham visões em comum e apesar de não lutarem contra o sistema e nem expressarem um antagonismo explícito (apesar do trabalhismo expressar) pela ala esquerdista do operariado (que talvez no fato do descrédito ao sindicalismo e tomando este, o que não podemos afirmar, como teoricamente vinculado à esquerda, pode nos sugerir), estes operários se comportaram de modo classista, mas com suas peculiaridades. Três décadas atrasados se comparados ao contexto nacional e imersos no conservadorismo político-social da tradição de pensamento social cristão.

Mas nem só de atividades sindicais, de catolicismo, de moderação política e de consideração da atividade laboral numa ética teleológica que estes operários da MORAES S/A nos anos 1970-80 se resumem. Outro aspecto, este bem cotidiano e característico da classe operária desde seus primeiros tempos é relevante e importante, e que nossa pesquisa diagnosticou: a existência de *redes de solidariedade*.⁸⁰

Entendemos por redes de solidariedade toda a *ajuda mútua* desenvolvida pelos operários em questão que girava em torno da ajuda no momento do desemprego, no auxílio em indicar um possível trabalho (temporário) em outras atividades mais efêmeras (sobretudo na construção civil particular), e na partilha de gêneros alimentícios, principalmente os produzidos em pequenas roças.

Segundo o ex-operário João Pedro:

Olha meu filho, quando um de nós ficava sem emprego num instante *a gente dava um jeito*, não sabe? [...] Quando eu trabalhei lá na MORAES mesmo assim eu num deixava de fazer minhas coisas, não, num sabe... Eu sempre trabalhei de tudo. Sempre quando faltava serviço *os amigos indicava uma casa aqui outra ali pra gente fazer um serviço* ou outro, num

⁸⁰ “A solidariedade se manifesta antes de mais nada na distribuição dos bens e na remuneração do trabalho” (1993, p. 448).

sabe? Acho que por isso que a gente nunca passou fome, porque nós sempre indicava um lugar onde um companheiro pudesse ganhar a vida quando tivesse necessidade, num sabe [...]”⁸¹ Grifo nosso.

Apesar da nossa análise os operários em questão não terem desenvolvido uma consciência de classe, esta entendida a partir da experiência e da luta de classes (THOMPSON, 2001), no sentido de desenvolver lutas mais combativas e de caráter classista, tais como sindicatos (que como já tratamos existia, mas sua atuação foi diminuta, podemos dizer até conservadora) motins, greves e etc., uma fala como esta nos demonstra que a ajuda mútua pode, sim, ser interpretada como fator que demonstra o desenvolvimento de um sentimento de pertença a algo maior, no caso do indivíduo operário sentindo-se, identificando-se com o outro, de sua mesma classe, pelo menos economicamente envolvidos no mesmo lugar no modo de produção, a ideia de *companheirismo* é notável.

E como já dito, a herança rural pesava sob eles, e os camponeses tem esta cultura de ajuda mútua frente às dificuldades, tais como: secas, escassez de alimentos, a morte de um parente, e neste caso, quando habituados a vida citadina, a condição operária, mesmo assim estes operários estavam impregnados nesta cultura de solidariedade, neste sentido o catolicismo e a filosofia cristã do “amor ao próximo como a si mesmo”, conforme Jesus pregava, incidia nas ações destes indivíduos, fazendo com que estas redes de solidariedade se processem e fossem de vital importância para estes operários no período e para “[...] *tirar do aperto um amigo que passa necessidade [...]*”⁸², conforme outro colaborador nos disse.

Além da questão do auxílio no sentido do desemprego, que neste caso devemos perceber que apesar da concorrência pelo trabalho que leva ao estado de guerra de todos contra todos (ENGELS, 2010), para estes operários, apesar disto, a volatilidade do emprego fixo não despertou entre eles um sentimento individualista e que dificultaria a consciência de classe, esta entendida no sentimento de pertença pelo contrário, como nos indica o nosso colaborado, o ex-operário Marcos:

⁸¹ Entrevista concedida por João Pedro dos Santos Amaral à Messias Araujo Cardozo em: 11 de Agosto de 2015.

⁸² Entrevista concedida por Eduardo Sampaio Araujo Melo a Messias Araujo Cardozo em 22 de Setembro de 2015.

*Emprego sempre a gente uma hora tá em um, depois tá fora, o bom é contar com os amigos que arruma outro ali e acolá, um serviço seja numa casa ou num canto que for [...]. Eu trabalhei um tempo lá na Moraes e depois sai e depois voltei de novo... E enquanto eu tava sem carteira assinada eu sempre arrumei um serviço pra colocar comida em casa, *tem sempre alguém que conhece onde tá precisando e indica pra gente ir*, eu também toda vida trabalhei de roça, e lá nunca falta serviço, [...]*⁸³ Grifo nosso.

Apesar da insegurança e da precariedade do emprego nesta época, existia entre os operários em questão uma ideia de que apesar de desempregado poderiam contar com indicações dos companheiros de pequenos serviços que poderiam ser executados, principalmente pequenos reparos em casas ou a construção das mesmas, além de pequenos serviços e até mesmo o emprego em outros locais como armazéns e pequenos comércios.

Estas redes de solidariedade não se davam apenas na questão do emprego, se davam também no apoio em gêneros alimentícios, tais como um quilo de feijão ou farinha, muitos destes gêneros produzidos em pequenas roças que estes operários cultivavam, pois mesmos operários, eles ainda conservavam este costume, para se prevenirem justamente quando das necessidades que certamente lhes solapariam no caso de desemprego.

Conforme um dos nossos colaboradores, o ex-operário Eduardo Sampaio:

*Eu nunca *deixei de fazer minha roça* aqui perto de onde hoje é o carpino num sabe [...]. Pra justamente quando falta alguma coisa, que sempre falta né, a gente ter de onde tirar para gente não passa necessidade, e do jeito que da pra gente nós ajuda quem for que tiver sem serviço não é [...]*⁸⁴ Grifo nosso.

A força da necessidade fazia com que eles se ajudassem e não que eles se tornassem mais individualistas, e esta cultura de ser solidário tem sua raiz na sua anterior condição camponesa e do forte catolicismo que imperava

⁸³ Entrevista concedida por Marcos da Silva Cardoso à Messias Araujo Cardozo em: 18 de Abril de 2015.

⁸⁴ Entrevista concedida por Eduardo Sampaio Araujo Melo a Messias Araujo Cardozo em 22 de Setembro de 2015.

sobre eles, neste sentido, estas influências foram de grande relevância para a manutenção material deles em tempos de desemprego.

Os gêneros mais socializados eram o feijão, farinha e milho, gêneros produzidos nas pequenas roças que eles tinham, óbvio que também muitos alimentos partilhados eram comprados aqui mesmo na cidade, em virtude que estas roças não tinham tanta regularidade pelo motivo de serem muitas vezes abandonadas pela condição operária citadina, pois:

O ruim de morar *na cidade* é que *não tem roça* pra gente plantar e assim passa melhor [...], quando eu vim pra Parnaíba, eu trabalhei em dois lugar antes de ir trabalhar lá na fábrica de sabão da Moraes, e quando faltava uma coisa ou outra se não fosse alguém assim que... Ajudasse era difícil, quando a gente mesmo planta agente come e pronto, não deve nada a ninguém [...] ⁸⁵ Grifo nosso.

O que podemos perceber é que a mudança de espaço campo/cidade e mesmo a de trabalho agricultor/operário não modificou a cultura deles, no sentido de uma não prática de solidariedade para com outros trabalhadores e também não reverberou em associações de classe combativas e nem em desenvolvimento de ações radicalizadas como greves, motins ou em ações sindicais mais atuantes, como acontecia no período em outros centros, como Fortaleza, por exemplo, (entre os operários da construção civil).⁸⁶

De todos estes exemplos, o que podemos perceber é que mesmo sem um desenvolvimento de uma consciência de classe no sentido de combater outra, havia uma consciência (difusa, admitamos) de pertencentes a uma mesma condição e que ajudar era necessário. Não na luta, mas na ajuda entre eles, esta consciência existiu.

⁸⁵ Entrevista concedida por João Pedro dos Santos Amaral à Messias Araujo Cardozo em: 11 de Agosto de 2015.

⁸⁶ Sobre isto ver: NÓBREGA, Yuri da. **OPERÁRIOS EM CONSTRUÇÃO: As experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre as décadas de 1970 e 1990**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará, UFC, 2006.

Considerações Finais

Esta pesquisa tentou evidenciar as práticas culturais dos operários da MORAES S/A entre as décadas de 1970 e 1980, período em que os nossos colaboradores que nos cederam às entrevistas trabalharam nesta fábrica Parnaibana. Sem imputar a experiência deles a acusação de “comodismo” e buscando não ver na experiência operária uma “essencialidade” militante e revolucionária.

Para tanto, entendemos necessário, ainda que minimamente visualizar o processo de industrialização brasileiro, que foi tardio, reverberando na constituição de um capitalismo dependente e não fruto de um modelo (eurocêntrico) de revolução burguesa, e isto nos foi positivo para compreendermos porque não houve uma posterior polarização social tão acentuada entre burguesia e proletariado no sentido de que isto poderia fomentar um desenvolvimento de um movimento operário mais forte, como foi o europeu já no século XIX.

Ao compreendermos sucintamente a formação da classe operária brasileira, a questão da imigração, do sindicalismo revolucionário (anarquista), dos caminhos percorridos/seguídos pelo operariado no período do getulismo, e do cerceamento das atitudes do operariado pelo Estado militarizado pós-1964, ou seja, ao traçarmos um breve histórico das movimentações da classe operária, podemos perceber que toda uma tradição de luta de classes foi presente, apesar dos percalços e dos obstáculos infligidos por parte do poder econômico e político dominante ao operariado.

Dentro deste contexto, também buscamos compreender a industrialização piauiense, como esta foi ainda mais tardia, e suas peculiaridades como certo favorecimento à capital Teresina em detrimento da cidade de Parnaíba, na figura da construção do distrito industrial em Teresina e não em Parnaíba, que à nossa análise também incidiram na constituição da classe trabalhadora parnaibana no sentido de certo caráter moderado em virtude do pequeno número e de isto possivelmente não colaborar no fomento a insatisfações comuns que poderiam colaborar na elaboração de greves e etc., devem ser levadas em consideração.

Traçamos ainda um breve histórico sobre a MORAES S/A, indústria de fabricação de sabão e óleos a partir da cera de carnaúba, fundada ainda em sociedade no ano de 1913, e que a partir de 1946 seria sociedade anônima e de detenção total da família Moraes na cidade.

Ao falarmos das associações mutualistas e de sindicatos na cidade, podemos perceber que não havia uma tradição visível combatividade e a percepção da existência luta de classes entre os trabalhadores da cidade, seu perfil foi, em nossa análise tradicional e com sua ideologia (que apesar de não negarmos a possível existência de radicalismos e ações mais combativas na história dos trabalhadores da cidade) vinculada ao que denominamos como pensamento social cristão, reverberou em posturas tradicionais do ponto de vista político, das relações com o patronato e etc.

Em relação ao nosso objeto de estudo propriamente dito, o *pensamento social cristão* que era marcante, influenciou em uma postura moderada e até direitista, deve ser analisado tendo em vistas outros aspectos além da estrutura social imediata à que estavam inseridos na cidade no período, no caso, o solo fabril parnaibano da MORAES S/A não gestou uma classe consciente⁸⁷ e combativa⁸⁸, e as suas práticas tinham por base a experiência pré-existentes à MORAES S/A.

Seu lazer, no caso o *bar*, deve ser encarado com um dos signos da cultura do trabalhador rural, como já dissemos, a maioria deles foi formada social e culturalmente no campo antes de vir trabalhar na fábrica MORAES S/A. Além de ser um local de socialização, era também um espaço anti-fabril (e complementar dialeticamente), um lugar onde eles poderiam ser eles mesmos no sentido de não presos à prisão-fábrica que representava o trabalho fabril segundo as falas deles nos sugeriram.

A forte *religiosidade católica* também não foi uma experiência adquirida após a vinda à cidade (e, por conseguinte nas experiências fabris), mas uma condição à que já estavam habituados, preexistente, fazia parte de suas

⁸⁷ Pois a consciência de classe emerge diretamente da luta classes (THOMPSON, 2011).

⁸⁸ Conforme Thompson, não existe correlação direta entre indústria e classe operária, esta se forma a partir de signos culturais muitas vezes desconexos com a fábrica e com a cidade, pois “Os operários, longe de serem os ‘filhos primogênitos da revolução industrial’, tiveram nascimento tardio” (THOMPSON, 1987, p. 16).

coordenadas culturais formadoras de seu ser social, que para o movimento operário mais combativo pode ser entendido em termos de atraso, visto que a ideologia católica (cristã) nega a realidade classista e insiste na “conciliação entre as classes”.

O pensamento social cristão conservador era importante e à nossa análise a ideologia preponderante. O que denota que se comparados a outros movimentos operários do período, seja na região do ABC paulista (SADER, 2001) ou mesmo em Fortaleza (NÓBREGA, 2006) no mesmo período, os operários da MORAES S/A estavam pelos menos trinta anos atrasados no sentido de sua formação enquanto classe combativa.

Porém, a compreensão deste processo não nos autoriza falarmos em “alienação”, visto que como já ressaltamos vários fatores devem ser levados em conta, pois neste caso nem a estrutura econômica nem a experiência operária gestaram um movimento destes trabalhadores em questão mais combativo e consolidado como eram nos outros locais citados (ABC paulista e Fortaleza).

E esta correlação, esta comparação não se dá em termos de defender que nestes espaços a luta operária era mais desenvolvida e “superior” mas apenas para estabelecermos um parâmetro comparativo e diagnosticar sim certo atraso, mas este entendido na confluência das peculiaridades de nossa industrialização e da formação sociocultural destes operários em questão (principalmente seu passado camponês, que favoreceu a assimilação de uma ideologia que diagnosticamos como pensamento social cristão⁸⁹).

E esta não conscientização de classe combativa e militante se deveu também a fatores como; a herança rural, a não combatividade histórica dos trabalhadores da cidade e até mesmo ao fator da industrialização exígua da cidade. E mesmo se tivesse ocorrido a constituição do distrito industrial e, por conseguinte da aglomeração da classe operária⁹⁰, isto apenas seria um fator facilitador de um movimento operário mais combativo.

⁸⁹ Onde: “As diferenças entre os homens pertence ao plano de Deus; este requer que todos nós tenhamos necessidade uns dos outros” (1993, p. 449).

⁹⁰ Mesmo esta aglomeração que poderia fomentar o sentimento de pertença mais visível e de insatisfações comuns não deve ser parâmetro de ponto de início de um foco de luta operária, como greves, por exemplo, visto que: “Não há ligação necessária e automática entre a existência de insatisfações partilhadas e sua expressão em ações grevistas” (SILVA, 2003, p. 134).

Mas as *redes de solidariedade* são por nós entendida como um símbolo da consciência de classe, pois apesar da mesma não ter se processado nos parâmetros clássicos (seja Marxista ou Thompsoniano) podem ser compreendidas como subproduto do passado rural destes operários, que mesmo na cidade e respirando o ar rarefeito fabril, ainda assim mantiveram redes de ajuda mútua que a despeito de sindicatos ou partidos e muito menos de “vanguardas”, se processaram de forma independente entre eles.

Dito isto, a ideologia do pensamento social cristão e o aspecto conservador e até reacionário, do lazer reduzido ao bar e a Igreja (esta tomada como lazer, como local de sociabilidade e que era um momento que os operários identificavam com empatia), da não conscientização social em termos de polaridade antagônica (proletário/burguês), as experiências dos operários da MORAES S/A nos anos 1970-80 são de grande relevância para a história de Parnaíba, visto que a partir delas podemos diagnosticar certa tendência histórica de conservadorismo da cidade, um saudosismo por um período áureo da ordem que ficou para trás (1970-80) e que até no sujeito social (operário) que tradicionalmente é o mais revoltado (e estava em outros contextos, como mostramos), foi bem disciplinado na cidade neste período, *suas experiências foram além da luta* e da militância.

Fontes e Referências Bibliográficas

Entrevista concedida por Armando Pereira dos Santos Neves a Messias Araujo Cardozo em 03 de Setembro de 2015.

Entrevista concedida por Augusto Gomes de Castro Filho à Messias Araujo Cardozo, em 05 de Outubro de 2015.

Entrevista concedida por Eduardo Sampaio Araujo Melo a Messias Araujo Cardozo em 22 de Setembro de 2015.

Entrevista concedida por João Pedro dos Santos Amaral, em 11 de Agosto de 2015.

Entrevista concedida por Marcos da Silva Cardoso, em 18 de Abril de 2015.

Jornal Inovação, edição de 6 de Abril de 1978.

Livro do centenário da Parnaíba. 1944

MORAES S/A – Celulose, Indústria e Comércio. **75° Aniversário, 4 de Março de 1904 4 de Março de 1979**. (Parnaíba (PI), Fevereiro de 1979).

Mensário mensal da Associação comercial de Parnaíba, BOLETIM COMERCIAL. Março, 1944, ano I, N° 2.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. Ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____, **O que é sindicalismo**. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História III: os paradigmas revolucionários**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BATALHA, Claudio et al (orgs). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CÂNDIDO FILHO, João. **O movimento operário: o sindicato, o partido**. Ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Ligia. **Imprensa e História do Brasil**. Ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 5ª ed. Vozes, 1993.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DECCA, Edgar de. MENEGUELLO, Cristina. **Fábricas e homens: a revolução industrial e o cotidiano dos trabalhadores**. Ed. São Paulo: Atual, 1999.

DECCA, Edgar de. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

_____, **O nascimento das fábricas**. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **Uma breve história do Brasil**. Ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Sociologia**. Org. Octávio Ianni. Ed. São Paulo: Ática, 2008. (Grandes cientistas sociais).

FERREIRA, Jorge. Org. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FORTES, Alexandre et.al. **Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho**. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

_____, **Microfísica do poder**. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____, **Repensar a Política. Ditos & Escritos VI**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____, **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, Angela Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria nem patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot, LEONARD, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1982.

HAUPT, Georges. **Porque a história do movimento operário?** Revista Brasileira de História, n. 10, 1985.

HOBBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____, **A era das revoluções: Europa (1789-1848)**. Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1977.

JR. PRADO, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____, **História Econômica do Brasil**. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I, O processo de produção do Capital**. 31ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2013.

_____, **Os Manuscritos econômico-filosóficos**. Ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____, **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Ed. São Paulo, Boitempo: 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer como pensar**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MENDES, Sérgio Luiz da Silva. **Sem medir as palavras: atuações do Jornal Inovação em Parnaíba-PI (1977-1982)**. Dissertação de Mestrado em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2012.

NASCIMENTO, Francisco de Assis de Souza, et al (org.). **Fragmentos históricos**. Ed. Parnaíba: Sieart, 2005.

NÓBREGA, Yuri Holanda da. **O Valor e a Acumulação Primitiva: uma investigação expositiva-histórica a partir de O capital de Karl Marx**. Monografia de História. Universidade Estadual do Ceará (UECE), 1999.

_____, **Operários em Construção: As experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre as décadas de 1970 e**

1990. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará (UFC), 2006.

PAOLI, Maria Celia, SÁDER, Eder, TELLES, Vera da Silva. **Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico.** Revista Brasileira de História, n. 6, 1984.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros.** Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINSKI, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar, Brasil 1890-1930.** Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência.** 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

REZENDE, Antonio Paulo. **História do movimento operário no Brasil.** Ed. São Paulo: Ática, 1994.

RIDENTE, Marcelo. **Classes sociais e representação.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, R. N. Monteiro. **Piauí: Formações – Desenvolvimentos – Perspectivas.** Ed. Teresina: FUNDAP, 1995.

SEGATO, José Antonio. **A formação da classe operária no Brasil.** Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras.** Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa. Vol. I. A árvore da liberdade.** 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **A formação da classe operária inglesa. V. II. A maldição de Adão.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A formação da classe operária inglesa. Vol. III. A força dos trabalhadores.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios.** Ed. Campinas: Unicamp, 2001.

_____. **A miséria da teoria ou planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Anexos

Histórico da Moraes S/A

1904 – A empresa desenvolveu o ramo de comércio atacadista, ferragens e mercadorias em geral, inclusive importações diretas da Europa.

1926 – A firma foi nomeada Agente da The Texas Company Ltda (South America) para a venda de seus produtos: gasolina, querosene e óleos lubrificantes em geral.

1930 – Foi iniciada a construção da Usina São José, em Parnaíba. Montagem de uma instalação para desencaroçar e enfardar algodão, que representou o início das atividades industriais da empresa.

1931 – Montagem das Usinas para desencaroçar e enfardar algodão e Fábrica de gelo em Amarante (Pi), Caxias e Posto Bons (Ma).

1936 – Montagens de prensas hidráulicas, marca Harburger, alemãs, para a extração de óleos vegetais das amêndoas do Babaçu, nozes de Tucum e sementes de Oiticica⁹¹

1937 – Montagem de uma saboaria para a produção de diversos tipos de sabões.

1938 – Foi instalada a filial em Floriano (Pi), para a compra de gêneros de exportação e vendas de seus produtos industrializados [...]

– Naquele ano, foi também instalada uma outra filial, esta em Teresina, com a mesma finalidade [...]

1940 – A firma Moraes iniciou suas importações no mercado internacional de Cera de Carnaúba.

– Naquele ano, Jozias Moraes retirou-se da firma, devido a elevada idade, e seu filho, Almyr Moraes Correia, foi admitido como sócio solidário.

– A filial de Teresina foi ampliada com a instalação de uma Seção de Vendas [...] sob a orientação de Almyr Moraes Correia.

⁹¹ Percebamos que em 1936, a Alemanha já estava sob o governo nazista, o que nos permite dizer que ocorreu certo intercâmbio comercial entre a cidade de Parnaíba e a Alemanha de Hitler, exemplificado nestas prensas hidráulicas de fabricação alemã da MORAES S/A. Lembremos também, que a nomenclatura MORAES S/A se refere à transformação da indústria em “Sociedade Anônima” em 1947. Fonte: **Folheto do 75º aniversário**, 1979, p. 5.

1942 – Montagem da 1ª instalação para beneficiamento de Cera com a utilização de centrífugas Sharples e filtros Schriver.

1945 – Montagem de uma instalação do Óleo de Oititica, que já vinha sendo produzido o tipo industrial

– instalação de uma filial em Campo Maior (Pi), [...]

– Montagem de uma instalação para a fabricação de Silicato de Sódio.

– Instalação de uma Filial em São Luiz (Ma).

1946 – Extinção da Filial de São Luiz (Ma), tendo sido constituída uma firma autônoma, sob a razão social de MORAES & CIA LTDA, [...].

1947 – Início da construção da Usina Alberto Correia, em Parnaíba.

– Montagem de equipamento para a recuperação, por meio de solvente, da Cera de Carnaúba contida nas bordas e resíduos com equipamento comprado nos Estados Unidos da América do Norte.

– Montagem de prensas Kappuhn para a extração de óleos vegetais do Algodão, Mamona, Tucum e Babaçu.

– Montagem de uma instalação para a fabricação de cera para assoalho.

1948 – Montagem de equipamento para o peneiramento de pó cerífero da carnaubeira com a utilização de peneiras e ciclone.

1949 – Montagem de uma refinaria moderna, toda em aço inoxidável, para a Cera de Carnaúba, obtendo tipos e marcas padronizados, centrifugados, filtrados e/ ou clarificados.

1951 – A seção de Representações da Empresa, que incluía entre outras a Ford Motor Co. Expo. Inc.; Companhia Goodyer do Brasil; Westinhouse Eletric Internacional Co.; Faibanks Morse & Co. Inc.; S/A Philips do Brasil; Cia. Electolux S/A; S/A Casa Pratt; Kodak Brasileira Ltda; Pirelli S/A; Termovacuo Ltda, Shartzmann Ltda.; foi transformada em firma autônoma, transferida para prédio próprio, à Praça da Graça, sob a razão social de MORAES IMPORTAÇÃO LTDA., e sob a direção de Ozias de Moraes Correia, que, para isso, desligou-se de MORAES S/A.

1952 – Aquisição de dois grupos Diesel Skoda para geração de energia elétrica, sendo um para a Usina São José, de 180 HP, e outro para a Usina Alberto Correia, de 390 HP.

– Montagem de uma prensa “Expeller” Anderson Super Duo, americana, para a extração de óleo das amêndoas do Babaçu, com capacidade para 42 ton/dia.

– Naquele ano, a Empresa decidiu operar também no ramo da Navegação, e para isso foi criada uma firma co-associada, sob a razão social de EMPRESA MORAES DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA S/A e adquiriu na França o N/T “ANA”, com capacidade para transformar 700 ton de carga líquida ou seca e que foi registrado no Brasil sob a denominação de N/T “JOZIAS MORAES” numa homenagem ao fundador da firma.

– Instalada em Piri-piri (Pi) uma filial para compras de gêneros e venda dos produtos industriais, cujo primeiro Gerente foi José de Carvalho Melo.

1953 – Montagem de uma fábrica para Glicerina e Ácidos graxos.

1954 – Pesquisas de projetos industriais para o aproveitamento integral do coco de Babaçu com contato com as firmas Wecker Storker e, remessa de amostras para Paris e Luxemburgo, onde os testes foram acompanhados pelo químico francês Jean Poliakoff.

1956 – Montagem de uma instalação para a produção de sabonetes, à base de glicerina.

1957 – Pesquisas e montagem de secadores pilotos para as folhas de carnaubeira.

1959 – Fundação no Rio de Janeiro, da INDÚSTRIA E COMÉRCIO “DUNORTE” S/A, Empresa industrial destinada à produção e comercialização do óleo comestível e sabões de diversos tipos, inclusive com estamparia própria para o vasilhame utilizado pela empresa. A firma era composta de acionistas de MORAES S/A.

– MORAES S/A transferiu para a DUNORTE o terreno de sua propriedade localizada à Ilha do Governador no Rio de Janeiro, para as instalações fabris e tanques para o depósito de óleo.

1962 – Montagem de uma instalação para produção de Óleo Comestível desodorizado.

1964 – Montagem de uma instalação para a fabricação de velas para iluminação.

1966 – Para atender ao transporte de óleo de Parnaíba para os portos de Tutoia e Luiz Correia, foi adquirido à firma Franklin Veras & Cia. a EMPRESA VERAS DE NAVEGAÇÃO LTDA [...].

1967 – Pesquisas iniciais visando a obtenção das fibras celulósicas contidas nas folhas e talos da carnaubeira.

1969 – Assinatura de um contrato com o Estaleiro “SÓ”, no Rio Grande do Sul para a construção de um navio tanque com a capacidade de 1.300 ton. Financiado pela Sunaman e denominado N/T ALBERTO CORREIA.

1972 – A co-associada INDÚSTRIA E COMÉRCIO DUNORTE S/A teve seu controle cedido pela Companhia Pinheirense Industrial - COPISA, [...].

1974 – Nesse ano foi encontrada solução técnica e definitiva par a secagem mecânica das folhas e talos da carnaubeira, que culminou com um projeto a ser submetido à Sudene.

1975 – Entrega, em Outubro, à Sudene, do Projeto Celulose Moraes.

1976 – Como a Empresa iria operar também no ramo de Celulose, foi alterada a sua razão social para MORAES S/A – CELULOSE, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

1977 – Obtenção da participação acionária do Governo do Estado do Piauí, através da Comdepi, da ordem de Cr\$ 25 milhões. [...].

1978 – Aquisição do terreno no lugar Pirangi para instalação do 4º Núcleo Secador de palhas de Carnaúba, integrante do Projeto Celulose⁹².

⁹² Fonte: **MORAES S/A – Celulose, Indústria e Comércio. 75º aniversário, 4 de Março de 1904 a 1979.** Parnaíba, Fevereiro de 1979.

MORAES & CIA.

Rua Cel. Ribeiro, n. 30

Ind. Teleg. MORAES PARNAIIBA - PIMUI Teles. (Ind. 241
 (Exp. 240
 Casa Postal n. 20 (Rep. 269)

Agências em TERESINA, AMARANTE E FLORIANO

SECÇÃO INDUSTRIAL

USINA "S. JOSÉ", Parnaíba Beneficiamento de algodão, fabricação de óleos, sabão e gelo e refinação de Cera de Carnaúba.

USINA "MORAES", Amarante Beneficiamento de algodão e arroz, fornecimento de luz elétrica.

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO FLUVIAL -- Componente da "União Fluvial", Ltda.

SECÇÃO DE EXPORTAÇÃO

ALGODÃO, BABAÇU, TUCUM, MAMONA, OITICICA, CERA DE CARNAÚBA e OLEOS VEGETAIS.

SECÇÃO DE REPRESENTAÇÕES

AGENTES DE: Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda., The Texas Co. (S.A.) Ltd., Ford Motor Co., Exp., Inc., Cia. Eletrolux S.A., Westinghouse Electric Co. of Brazil, Cia. Goodyear do Brasil (Produtos de Borracha), Casa Pratt S.A., RCA Victor Radio S. A., S. A. Phillips do Brasil, Condoroil Tintas S. A., etc., etc.

Dois emblemas que falam por si:





Mensário da Associação Comercial de Parnaíba, **BOLETIM COMERCIAL**. Março, 1944, ano I, N° 2.